UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - UNIJUÍ

BETINA FONTANA

CENTRO ADMINISTRATIVO PARA O MUNICÍPIO DE JÓIA – RS

Ijuí

2015

BETINA FONTANA

CENTRO ADMINISTRATIVO PARA O MUNICÍPIO DE JÓIA – RS

Trabalho de Conclusão de Curso de Engenharia Civil apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Engenheiro Civil.

Orientador: Prof. Me. Tarcisio Dorn de Oliveira

Ijuí

2015

Dedico este trabalho aos meus pais Juliane e Jorge Fontana.

AGRADECIMENTOS

A Deus por iluminar meu caminho;

Aos meus pais e irmãs, pelo amor, incentivo e carinho incondicional;

Ao meu namorado pelo companheirismo e apoio nas horas difíceis;

Ao meu orientador, que não mediu esforços para que este trabalho acontecesse da melhor forma possível.

“O futuro pertence àqueles que acreditam na beleza de seus sonhos. ”

Eleanor Roosevelt

RESUMO

FONTANA, Betina. Centro Administrativo para o Município de Jóia-RS. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Engenharia Civil, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí, 2015.

O propósito deste trabalho é apresentar um novo projeto arquitetônico para o Centro Administrativo da cidade de Jóia, que traga melhor comodidade e que atenda de forma organizada todas as demandas que uma edificação com essa finalidade pede, tendo em vista que as instalações atuais se encontram em condições desfavoráveis ao uso. Serão relatados a origem e o histórico da Administração pública e do Município em questão, bem como serão apresentados a legislação Municipal e Federal usadas, dando ênfase aos assuntos de maior relevância para a objetivação desta pesquisa. Terá as análises completas de dois Centros Administrativos de cidades vizinhas a mesma e também mais duas análises simples de fachadas de Prefeituras de outras cidades e como estas influenciaram na realização do projeto. Serão apresentados os conceitos usados na prática da confecção do projeto, ilustrando-os através de imagens. Terá um pré-dimensionamento e um fluxograma de como se distribuir-se-á os inúmeros ambientes presentes no posterior projeto. Após, será exposto os levantamentos do entorno imediato, topográficos (planimétricos e altimétricos) e fotográficos feitos no terreno em que a proposta de projeto é fundamentada. Maior ênfase será dada ao projeto arquitetônico apresentado, que conta com Plantas baixas, plantas de situação e localização, implantação e cobertura, além de cortes, fachadas, detalhamentos e imagens em 3D.

Palavras chave: Administração Pública. Centro Administrativo. Projetos.

ABSTRACT

FONTANA, Betina. Centro Administrativo para o Município de Jóia-RS. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Engenharia Civil, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí, 2015.

The purpose of this paper is to present a new architectural project for the Administrative Center of the Jóia city, which brings better convenience and meets in an organized way all the demands that a building for this purpose asks, given that current facilities are in unfavorable conditions of use. They will report the origin and history of public administration and the municipality in question, and will be presented to Municipal and Federal legislation used by focusing on the issues of greatest relevance to the objectification of this research. You will have the full analysis of two administrative centers of neighboring towns the same and also two simple analysis of Municipalities facades of other cities and how they influence the realization of the project. The concepts will be presented used in the practice of making the project, illustrating them through images. You will have a preliminary design and a flow chart of how it will be distributed in the numerous environments present in the later project. After, it will be exposed the immediate surroundings of the surveys, topographical (planimetric and altimetric) and photographic made on the ground that the project proposal is based. Greater emphasis will be given to the submitted architectural design, which features Floor Plans, status of plants and location, deployment and coverage, as well as cuts, facades, detailing and 3D images.

Keywords: Public Administration. Administrative Center. Projects.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Prédio da primeira sede da Prefeitura de Jóia 15

Figura 2: Sede da Prefeitura dos anos de 1988 a 2014 15

Figura 3: Sede da Prefeitura em 2014 16

Figura 4: Sede atual da Prefeitura de Jóia 17

Figura 5: Sede atual da Prefeitura de Jóia 17

Figura 6: Corredores que dão acesso as salas 18

Figura 7: Forro em degradação e fiação aparente 18

Figura 8: Escada que dá acesso ao 2º pavimento 19

Figura 9: Centro de distribuição de internet e telefone 19

Figura 10: Sanitário 20

Figura 11: Fachada dos fundos da edificação 20

Figura 12: Número de município do Rio Grande do Sul – 1900 a 2001 26

Figura 13: Evolução do número de municípios no Brasil 27

Figura 14: Localização de Jóia no Rio Grande do Sul 29

Figura 15: Municípios que fazer divisa com Jóia – RS 29

Figura 16: Número de habitantes por ano 30

Figura 17: Produto interno bruto 30

Figura 18: Mapa do município de Jóia 31

Figura 19: Módulo de Referência (MR) 33

Figura 20: Largura para deslocamento em linha reta 33

Figura 21: área para manobra sem deslocamento 34

Figura 22: Boxe para bacia sanitária – medidas mínimas 34

Figura 23: Prefeitura Municipal de Augusto Pestana 36

Figura 24: Arquitetura enxaimel – Casa Recanto da Produção 37

Figura 25: Arquitetura enxaimel – Pórtico de Entrada 37

Figura 26: Fluxograma do pavimento Térreo 44

Figura 27: Fluxograma do pavimento Superior 45

Figura 28: Prefeitura Municipal de Augusto Pestana 45

Figura 29: Prefeitura Municipal de Augusto Pestana 46

Figura 30: Porta de entrada 46

Figura 31: Recepção 47

Figura 32: Salas Térreo 47

Figura 33: Escadas acesso subsolo 48

Figura 34: Salas subsolo 48

Figura 35: Acesso 2º pavimento – rampa 49

Figura 36: Acesso 2º pavimento – escada 49

Figura 37: Salas 2º pavimento 50

Figura 38: Gabinete do Prefeito 50

Figura 39: Acesso arquivo morto – Sótão 51

Figura 40: Prefeitura Municipal de Bozano 52

Figura 41: Fluxograma pavimento subsolo 57

Figura 42: Fluxograma pavimento térreo 58

Figura 43: Fluxograma pavimento superior 58

Figura 44: Recepção 59

Figura 45: Hall que dá acesso a escada 60

Figura 46: Escada acesso pavimento superior 60

Figura 47: Corredores que dão acesso as salas 61

Figura 48: Gabinete do Prefeito 61

Figura 49: Plataforma elevatória 62

Figura 50: Fachada lateral – Legislativo 62

Figura 51: Câmara Municipal de Vereadores 63

Figura 52: Jardim externo 63

Figura 53: Fachada frontal 64

Figura 54: Fachada frontal Prefeitura de Rodeio Bonito – RS 65

Figura 55: Fachada Frontal Prefeitura de Uberlândia – MG 66

Figura 56: Fluxograma 1º pavimento 73

Figura 57: Fluxograma 2º pavimento 74

Figura 58: Levantamento do entorno imediato – Usos 75

Figura 59: Levantamento do entorno imediato – Tipologias 76

Figura 60: Levantamento do entorno imediato – Infraestrutura – Iluminação Pública 77

Figura 61: Levantamento do entorno imediato – Infraestrutura – Distribuição de água 77

Figura 62: Curvas de nível 78

Figura 63: Dimensões, ângulos e área 79

Figura 64: Posição da vegetação existente 80

Figura 65: Localização do terreno em relação a cidade 81

Figura 66: Quadra do terreno em estudo 81

Figura 67: Terreno in loco 82

Figura 68: Terreno in loco 82

Figura 69: Terreno in loco 83

Figura 70: Entorno do terreno 83

Figura 71: Entorno do terreno 84

Figura 72: Entorno do terreno 84

Figura 73: Entorno do terreno 85

Figura 74: Entorno do terreno 85

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Espaços para P.C.R., P.M.R. e P.O. 35

Tabela 02: Programa de necessidades e dimensionamento de ambientes da Prefeitura Municipal de Bozano.....56

Tabela 03: Programa de necessidades e pré-dimensionamento 70

Tabela 04: Organograma 72

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13
1.1 O PROBLEMA DA PESQUISA 13
1.2 OBJETIVOS 13
1.2.1 Objetivo Geral 13
1.2.2 Objetivos Específicos 13
1.3 JUSTIFICATIVA 14
1.4 DELIMITAÇÃO DO PROJETO 21
2 REVISÃO LITERÁRIA 22
2.1 HISTÓRICO 22
2.1.1 Origem da Administração Pública 22
2.1.2 Histórico da Administração Pública Brasileira 23
2.1.3 Municipalismo 25
2.1.4 Histórico da Administração Municipal de Jóia 27
2.1.5 Histórico do Município 27
2.1.6 Dados Gerais 28
2.2 LEGISLAÇÃO URBANA 31
2.3 LEGISLAÇÃO FEDERAL 32
2.4 ANÁLISE DE MODELOS 35
2.4.1 Prefeitura Municipal de Augusto Pestana/RS 36
2.4.1.1 Projeto Arquitetônico 37
2.4.1.2 Programa de Necessidades e Fluxograma da Prefeitura de Augusto Pestana 42
2.4.1.3 Levantamento Fotográfico 45
2.4.1.4 Análise de Projeto 51
2.4.2 Prefeitura Municipal de Bozano/RS 52
2.4.2.1 Projetos Arquitetônicos 52
2.4.2.2 Programa de Necessidades e Fluxograma da Prefeitura de Bozano 56
2.4.2.3 Levantamento Fotográfico 59
2.4.2.4 Análise de Projeto 64
2.4.3 Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito/RS 65
2.4.4 Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG 66
3 METODOLOGIA 67
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA 67

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA 67
4 PROPOSTA 68
4.1 CONCEITUAÇÃO 68
4.1.1 Painel Conceitual Sensorial 69
4.1.2 Painel Conceitual de Repertório Arquitetônico 70
4.2 PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ-DIMENSIONAMENTO 70
4.3 ORGANOGRAMA 72
4.4 FLUXOGRAMA 73
4.5 TERRENO 74
4.5.1 Levantamento do entorno imediato 74
4.5.2 Levantamento Planialtimétrico do terreno 78
4.5.3 Levantamento Fotográfico 80
5 CONCLUSÃO 86
REFERÊNCIAS 87
APÊNDICE A – Projetos Arquitetônicos Centro Administrativo de Jóia.....89
APÊNDICE B – Imagens 3D.....104
ANEXO A – Código de Obras de Jóia.....111
ANEXO B – NBR 5090 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.....128

1 INTRODUÇÃO

1.1 O PROBLEMA DA PESQUISA

O Centro Administrativo Municipal é o local de extrema importância para as cidades, pois é dele que saem a maioria das atividades que serão desenvolvidas no município, desde a execução das leis, os projetos de desenvolvimento econômico, até a aplicação dos recursos disponíveis. Para isso, o ambiente de trabalho deve ser organizado, planejado e estimulante para seus ocupantes terem um maior rendimento, com boa qualidade e com isso um melhor atendimento ao público.

Para enfrentar os novos desafios que a sociedade impõe, uma nova Sede Municipal alavancará o desenvolvimento da cidade e trará altivez aos cidadãos e servidores públicos.

Portanto os problemas a serem resolvidos são projetar um espaço com melhor comodidade e que atenda de forma organizada todas as demandas que uma edificação com essa finalidade pede, tornando o atendimento ao público rápido e eficiente, planejando e maximizando todos os espaços para que seu uso junto aos servidores públicos sejam o mais proveitoso possível e trazer conceitos inovadores da arquitetura e construção para o município.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Desenvolver o projeto de um Centro Administrativo Municipal para a cidade de Jóia/RS.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Integrar todas as secretarias e serviços.
- Proporcionar conforto ao público e funcionários.
- Adequar todos os ambientes internos para cada tipo de função.
- Dar fácil acessibilidade e visibilidade a todos os espaços.
- Proporcionar segurança aos usuários.
- Incentivar o desenvolvimento municipal.

- Elaborar um projeto moderno.

1.3 JUSTIFICATIVA

A cidade de Jóia foi emancipada em 1982, nesse mesmo ano, mais precisamente em 15 de novembro, ocorreu a primeira eleição para eleger os primeiros administradores do novo município, que instalou-se oficialmente em 31 de janeiro de 1983. Suas primeiras instalações foram onde hoje se encontra a Câmara de Vereadores, como mostra a Figura 1. Passados alguns anos, e com a mudança da Escola Estadual Antônio Mastella para sua nova sede, a Prefeitura então é instalada nesta edificação, isso em 1989, edificação esta que está ilustrada na Figura 2.

Com o crescimento econômico e físico do município, e sem a devida manutenção, a edificação tornou-se inapropriada para o desenvolvimento das atividades que vinham sendo realizadas, impossibilitando a administração municipal de prosseguir em operação no local.

Em 2014 a sede mudou-se para uma edificação de recente construção localizada na Rua Horácio Netto Obregão, centro da Cidade, como mostra a Figura 3. Devido ao espaço físico ser muito pequeno e não comportar o fluxo de público, ela permaneceu somente por 6 meses.

A seguir, nas figuras 1, 2 e 3, fotos dos antigos prédios que abrigavam o Centro Administrativo de Jóia.

Figura 1: Prédio da primeira sede da Prefeitura de Jóia

Fonte: Autoria Própria. (2015)

Figura 2: Sede da Prefeitura dos anos de 1988 a 2014

Fonte: Autoria Própria. (2014)

Figura 3: Sede da Prefeitura em 2014

Fonte: Autoria Própria. (2015)

Atualmente a Sede administrativa do município encontra-se instalada no prédio que antes abrigava o antigo Hospital da cidade denominado “Santa Líbera” na Rua Travessa Vione, figura 4. Este obteve uma singela reforma antes da mudança, no qual o que antes servia de quartos para pacientes internados agora abriga diversas secretarias e servidores públicos que nelas trabalham não comportando as pessoas de forma confortável.

Como justificativa pertinente e plausível, as atuais instalações da Prefeitura Municipal de Jóia são precárias. É um local adaptado, de visual desagradável e de difícil leitura para o público, conforme mostra as figuras 4 a 11.

Figura 4: Sede atual da Prefeitura de Jóia

Fonte: Autoria Própria. (2015)

Figura 5: Sede atual da Prefeitura de Jóia

Fonte: Autoria Própria. (2015)

Figura 6: Corredores que dão acesso as salas

Fonte: Autoria Própria. (2015).

Figura 7: Forro em degradação e fiação aparente

Fonte: Autoria Própria. (2015).

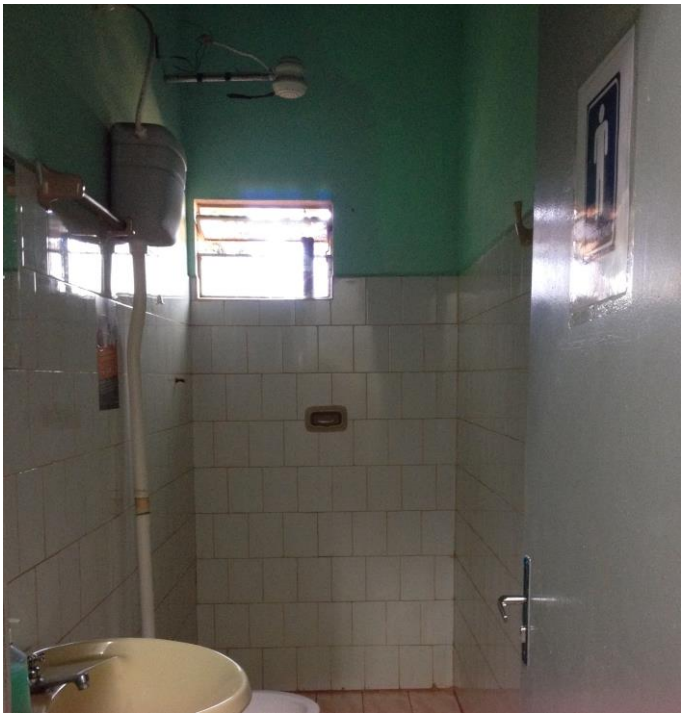
Figura 8: Escada que dá acesso ao 2º pavimento

Fonte: Autoria Própria. (2015)

Figura 9: Centro de distribuição de internet e telefone

Fonte: Autoria Própria. (2015).

Figura 10: Sanitário



Fonte: Autoria Própria. (2015).

Figura 11: Fachada dos fundos da edificação

Fonte: Autoria Própria. (2015)

1.4 DELIMITAÇÃO DO PROJETO

O trabalho baseia-se na elaboração de um projeto de uma edificação destinada a Prefeitura Municipal de Jóia.

2 REVISÃO LITERÁRIA

2.1 HISTÓRICO

2.1.1 Origem da Administração Pública

Segundo Caulliraux (2004) a expressão “Administração Pública” se dá ao fato de ser uma atividade executado por um Estado voltada a conseguir o bem-estar coletivo. A administração enquanto “atividade” sempre existiu, desde que o homem passou a projetar e organizar seu tempo, seus afazeres, seus recursos. Enquanto ciência a administração ampliou-se no interior do modo capitalista de produção, e colaborou para enriquecer o desenvolvimento desse modo de produção.

Na era paleolítica, conforme indicação de arqueólogos, a distribuição das atividades na habitação primitiva era desenvolvida em torno do fogo, formando assim as primeiras relações em sociedade (CAULLIRAUX, 2000).

Conforme Costa (2008), um novo processo de produção se estruturou, na passagem do feudalismo para o capitalismo, a manufatura. Com a ela os operários passam a vender sua força de trabalho, gerando um excedente: o lucro. Surgindo então, a figura do patrão, do administrador, do capitalista. Daí em diante as organizações passam a se aperfeiçoar cada vez mais, para alcançar seus resultados, para assegurar o lucro dos proprietários das firmas e para aumentá-lo.

Com a Revolução Industrial, muitas ciências foram desenvolvidas para dar apoio à administração industrial e para gerar o seu crescimento. Veio então a ciência colaborar com o desenvolvimento das organizações produtivas e assim surgiu as “escolas de administração”, modelos que caracterizaram alguns períodos na administração das organizações na história: taylorismo, fordismo e outras (COSTA, 2008).

Daí em diante o que aconteceu é que o Estado teve que criar formas de se organizar para cumprir o que a constituição determinava e começaram a surgir estruturas do Estado com a finalidade de realizar atividades de interesse público, realizadas mediante a arrecadação de impostos pagos pelos cidadãos ao Estado. Surge aí a administração Pública (COSTA, 2008).

2.1.2 Histórico da Administração Pública Brasileira

A Administração Pública abarca um conjunto de órgãos e de servidores mantidos com recursos públicos e encarregados de determinar e praticar as normas necessárias ao bem-estar social (KEINERT, 2000).

Conforme Cotrim (1999), com a vinda da família Real para o Brasil em 1808, criou-se condições para a criação do Estado, favorecendo a independência nacional. Costuma-se enumerar o período que começa a história administrativa do Brasil, do ano da Proclamação da Independência até os dias de hoje. Nesta fase, nosso país teve dois regimes de governo: monarquia, sob o domínio dos Imperadores D. Pedro I e seu filho, D. Pedro II, de 1882 até 1889 e república de 1889 até os dias atuais. A monarquia dividiu-se em três grandes fases: Primeiro reinado, Regência e Segundo reinado.

Primeiro reinado: corresponde ao período em que o Brasil foi governado por D. Pedro I, do ano de 1822 até 1831. Após a independência e com D. Pedro I no comando, foi instalado a Assembleia Constituinte, encarregada de elaborar uma constituição para o país, ela foi instalada em julho de 1822, mas somente em maio de 1823 que realizou-se a sessão inaugural. Como as divergências de ideias eram grandes entre Imperador e Assembleia, antes mesmo de uma constituição ser aprovada, D. Pedro I assinou um decreto onde dissolvia a mesma, devendo a constituição então, ser elaborada por juristas da confiança do Imperador. Foi então concedida a constituição de 1824, que entre outras características, trazia uma inovação: além dos três poderes existentes, executivo, legislativo e judiciário, implantar-se-ia o Poder Moderador. As características dos 4 poderes seriam:

- executivo: exercido pelo imperador e seus ministros; tinha a função de executar as leis;
- legislativo: composto pela câmara dos deputados e senado; tinha por função elaborar as leis; os deputados eram eleitos por 4 anos e os senadores era vitalício;
- judiciário: exercido por juízes vitalícios e tinha como finalidade julgar o cumprimento das leis;
- moderador: exercido pelo imperador; era o mais forte de todos os poderes, onde o imperador poderia interferir nos outros poderes e cuidar das questões externas (COTRIM, 1999).

Com o surgimento do 4º Poder, surgiu também diversas críticas ao autoritarismo de D. Pedro I e junto com elas inúmeras revoltas ao Imperador como: Confederação do Equador,

Guerra da Cisplatina e Noite das Garrafadas. Nada restou ao Imperador a não ser a renúncia no dia 7 de abril de 1831 (COTRIM, 1999).

Regência: durante o período de 1831 a 1840, enquanto o herdeiro do trono, D. Pedro II não atingia a maioridade, o Brasil foi governado por diversos regentes. A princípio a regência era trina, ou seja, três governantes eram responsáveis pela política brasileira e os três primeiros regentes foram: Francisco de Lima e Silva, Carneiro de Campos e Campos Vergueiro. No entanto, em 1834 foi modificada a primeira constituição brasileira, com a promulgação de Ato Adicional. Suas principais características foram:

- Criação das assembleias provinciais;
- Supressão do conselho do Estado;
- Criação do município neutro do Rio de Janeiro;
- Transformação da regência trina em uma (COTRIM, 1999).

O primeiro regente dessa fase foi o Padre Diogo Antônio Feijó, que se afamou por ser um governo liberal. Devido às pressões políticas, o liberal caiu para dar lugar ao governo conservador de Araújo Lima, que centralizou o poder em suas mãos. A aposição então, desgostada da situação, propuseram a proclamação da maioridade de D. Pedro II. Então, em julho de 1840, aos 14 anos, D. Pedro II foi proclamado maior de idade, tronando-se o Imperador do Brasil (COTRIM, 1999).

Segundo reinado: teve início então com o Golpe da maioridade, que elevou D. Pedro II ao trono, em 1840 e só findou-se em 1889, com a Proclamação da República.

O Segundo Reinado dividiu-se em três grandes fases, são elas:

- de 1840 a 1850: período marcado pela pacificação das revoltas internas, que só foi possível com a formação do Ministério da Conciliação e pela consolidação política. Foi uma fase de grandes concretizações como: construção da estrada de ferro, iluminação a gás, instalação de barcos, urbanização do Rio de Janeiro, entre outras;
- de 1850 a 1870: nos primeiros 10 anos houve um bom desenvolvimento material, intelectual e artístico, já nos últimos 10 anos, guerras, dentre as quais destaca-se a Guerra do Paraguai;
- de 1870 a 1889: fase caracterizada pela decadência da monarquia, que resultou na Proclamação da República.

Diversos fatores contribuíram para a queda da Monarquia, dentre os quais:

- insatisfação da elite agrária com a abolição da escravatura;
- descontentamentos dos cafeicultores;

- insatisfação dos militares;
- interferências do imperador em assuntos da igreja.

Com isso, um golpe militar tirou o cargo de primeiro-ministro do visconde de Ouro Preto e por incentivo de republicanos foi Proclamada a República e enviada ao exílio a Família Imperial (KEINERT, 2000).

Em 1891, Marechal Deodoro da Fonseca foi proclamado o primeiro presidente da República. As primeiras medidas adotadas pelo novo governo foram:

- expulsão de D. Pedro e toda a família;
- adoção do regime republicano federativo;
- transformação das províncias em estados federados;
- adoção da bandeira republicana;
- separação entre a igreja e o Estado;
- instituição do casamento civil;
- naturalização de estrangeiros;
- convocação de uma Assembleia Constituinte.

Esse novo regime republicano pode ser dividido em três fases: República Velha, que teve início em 1889 e fim em 1930 com a revolução que levou Getúlio Vargas ao poder, o período de Getúlio Vargas, que foi de 1930 até 1945, no término da Segunda Guerra Mundial e pôr fim a República Nova, que vai da queda de Getúlio Vargas até os dias atuais (KEINERT, 2000).

Conforme Keinert (2000), a primeira eleição após a época ditatorial promulgou uma nova Constituição que previa: República presidencialista, voto direto e universal, três poderes (legislativo, executivo e judiciário), mandato presidencial por cinco anos, três senadores por estado e deputados proporcionais ao número de eleitores.

Em 1950, Getúlio Vargas foi eleito novamente, criando a Petrobrás. De 1956 à 1961, Juscelino Kubitschek é quem governa o país, caracterizando esse período por um grande desenvolvimento econômico e a transferência da capital federal para Brasília (KEINERT, 2000).

O sistema presidencialista continua até os dias de hoje.

2.1.3 Municipalismo

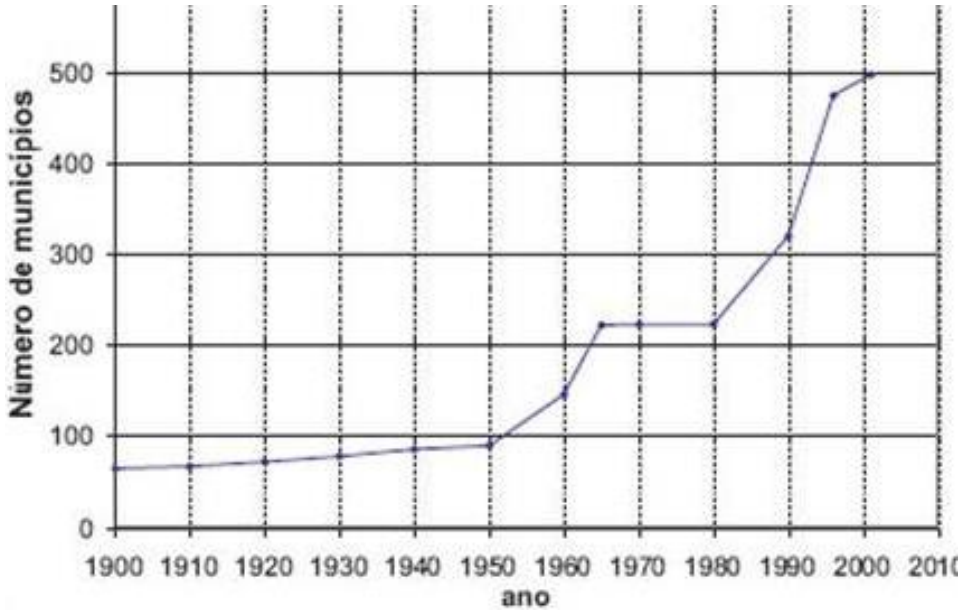
Fabriz (2010, p. 89) define que “A União Federal não é a figura adequada para atender às particularidades, e nem foi idealizada para isso [...]”. É com essa frase que defino o

municipalismo, prática essa que visa a maior autonomia municipal através do fortalecimento político e da revitalização de sua vida financeira. A Associação Brasileira dos Municípios, criada no Rio de Janeiro em 15 de março de 1946, define o objeto político-social do movimento como sendo o de transformar as administrações locais em instrumentos de elevação do nível de vida das populações do interior.

A unidade básica da organização político-administrativa do Brasil é o município, dotado de autonomia e poderes próprios, nos termos das Constituição Federal. A sede de um município é denominada cidade. No início do século XIX, o Rio Grande do Sul tinha apenas 4 municípios: Rio Grande (o mais antigo), Santo Antônio da Patrulha, Rio Pardo e Porto Alegre. No final daquele mesmo século, o estado já tinha 64 municípios e já em meados do século XX esse número já passava de 112. A partir dos anos 80 acorreu um surto de emancipações no estado, como em todo o país (FABRIZ, 2010).

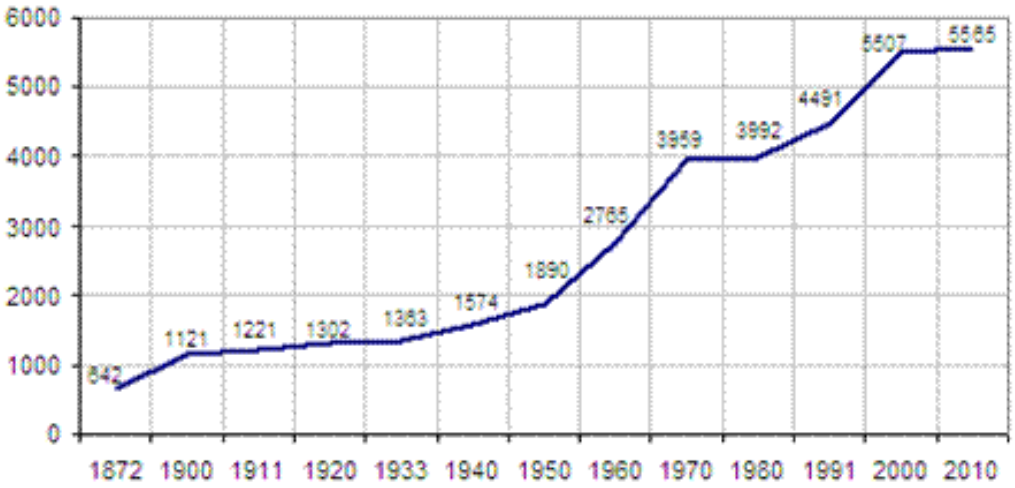
Nas figuras 12 e 13, podemos observar a evolução no número de municípios do Rio Grande do Sul entre 1900 a 2001 e este mesmo dado a nível do Brasil no período de 1872 a 2010.

Figura 12: Número de municípios do Rio Grande do Sul – 1900 a 2001



Fonte: Jardim (2001).

Figura 13: Evolução do número de municípios no Brasil



Fonte: IBGE (2015).

2.1.4 Histórico da Administração Municipal de Jóia

Segundo o Livro – Jóia: um resgate histórico (COLÉGIO ESTADUAL ANTÔNIO MASTELLA, 2003) - em 15 de novembro de 1982, ocorreu em Jóia a primeira eleição que elegeu os primeiros governantes do município. Nela foram eleitos os Senhores Jandir Quevedo Andreatta, com o cargo de Prefeito e Osvaldo Guerino Casarotto, como vice-prefeito, formando o Poder Executivo municipal. Na mesma ocasião foram escolhidos 7 vereadores para fazerem parte do Poder Legislativo do município. Na segunda eleição, em 1988, foram eleitos para a gestão 1989 – 1992, Jorge Miguel Vieira Leal como Prefeito e Ariovaldo Antônio Zardin como Vice-prefeito e já neste mandato, foram escolhidos 9 vereadores para o poder Legislativo, o que perdura até os tempos de hoje.

2.1.5 Histórico do Município

Conforme Lazzaroto (1971), o Rio Grande do Sul só passou a ser colonizado 100 anos após o Descobrimento do Brasil, difundindo-se suas fronteiras e definindo-se gradativamente no espaço nacional. Segundo Fontana (2003), só mais tarde, no início do século XX, mais precisamente em 1916, no Noroeste do Estado Gaúcho e em terras doadas por Joaquim Luís de Lima e Marcial Gomes Terra, instalaram-se os Senhores Antônio Mastella e Victorio Bernardi, primeiros moradores de Jóia.

A instalação de um moinho às margens do Riacho Lajeado Bonito em 1917 marcou o crescimento do povoado. As famílias se enraizavam mais perto do Riacho para abastecer suas casas das águas que nele corriam e também para sanar a sede dos seus animais. Com isso, o povoado foi elevado à categoria de 8º Distrito de Santo Ângelo, com sede na Esquina 21 de Abril. Passados alguns anos, já em 1928, houve a emancipação do Município de Tupanciretã, que por ter somente um rio como limite, o vilarejo de Jóia passou a pertencer ao novo município, desmembrando-se de Santo Ângelo. O novo distrito recebeu o nome de 2º Distrito de Tupanciretã – Vila 21 de Abril (FONTANA, 2003).

Ainda segundo Fontana (2003), em 24 de maio de 1938, pelo Decreto Lei 10/12 do Município de Tupanciretã, a sede do novo Distrito antes Vila 21 de Abril transfere-se para a Vila Nova, em decorrência da enorme aglomeração devido ao moinho nela instalado. No mesmo ano, devido a 2ª Guerra Mundial, o lugarejo recebe o nome de Vila Inconfidência. Já em 1944, pelo mesmo motivo da Guerra e por um decreto onde dizia que as comunidades não deveriam ter denominações que lembrassem guerras ou movimentos revolucionários, Vila Inconfidência passou-se a chamar Vila Jóia.

O desenvolvimento continuou ocorrendo, comércio, transporte, educação e a economia, que manteve como mala mestre à produção primária – pecuária e agricultura. Em 1949, sentindo a necessidade de investimentos na área da saúde, sem auxílio do poder público, em terreno doado por dois moradores locais, Victorio Bernardi e Fidélis Fontana, iniciou-se a construção do Hospital Santa Líbera. As ideias emancipalistas foram se intensificando, e em 1962 um grupo de moradores tentou transformar a então Vila Jóia em Município. Porém, a maioria dos habitantes disseram “NÃO” ao plebiscito realizado. Mas como todo sonho que cria raiz permanece e são fortalecidos, o desejo de emancipar Vila Jóia também permaneceu e em 1982, com uma esmagadora votação – 85% “SIM” – foi instalado o Município de Jóia através da Lei Nº 7656 de 12 de maio de 1982. (FONTANA, 2003)

2.1.6 Dados Gerais

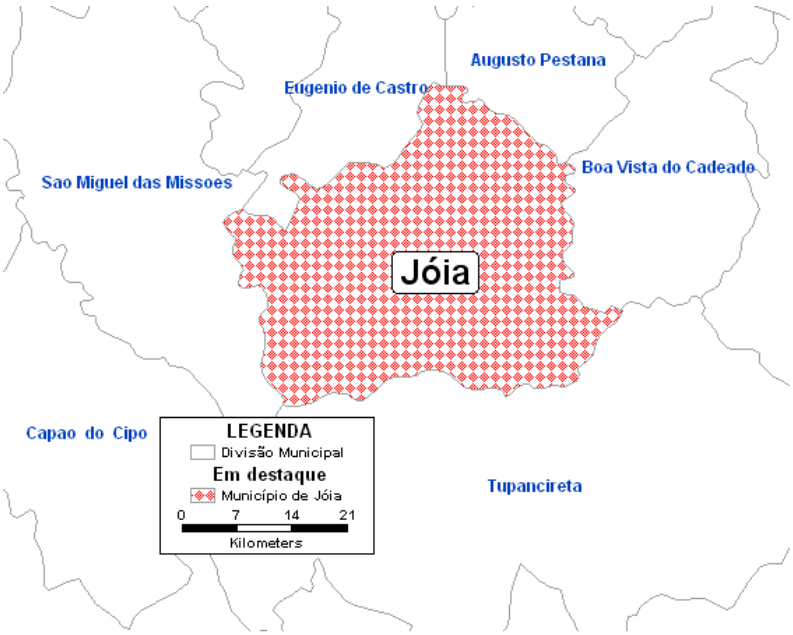
Conforme site da Prefeitura Municipal de Jóia, disponível em www.pmjoia.com.br, o município localiza-se a noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Figura 14), na faixa de fronteira do Brasil com a Argentina e integra a microrregião de Cruz Alta, além de fazer parte do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Noroeste Colonial. Sua área total é de 1.235,88 Km², tendo como confrontantes os municípios de Eugênio de Castro, Augusto Pestana, Boa Vista do Cadeado, Tupanciretã e São Miguel das Missões (Figura 15). Está

distante da Capital Rio-grandense, Porto Alegre, 432 Km. Com 302 m de altitude em relação ao nível do mar, situa-se nas coordenadas geográficas -28,647 de altitude sul e -54,122 de longitude oeste de Greenwich.

Figura 14: Localização de Jóia no Rio Grande do Sul

Fonte: Disponível em www.pmjoia.com.br (2015).

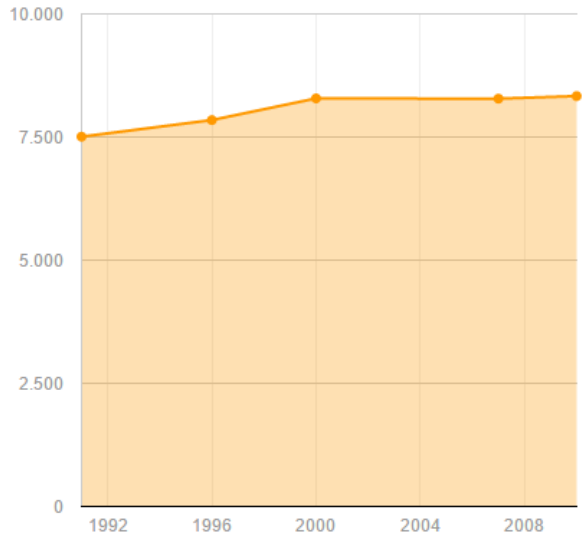
Figura 15: Municípios que fazem divisa com Jóia – RS



Fonte: Disponível em www.pmjoia.com.br (2015).

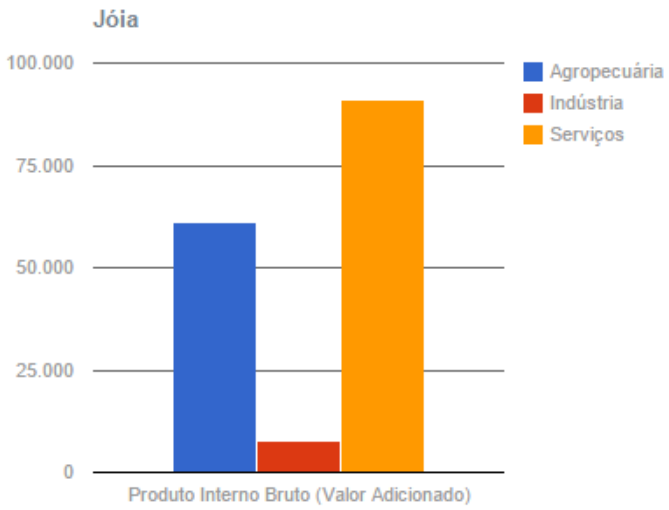
Jóia, conforme o último senso demográfico de 2010, possui 8331 habitantes (Figura 16), dos quais 6242 residem na zona rural e 2089 na zona urbana. Isso totaliza uma densidade demográfica de 6,74 hab/km². Sua população estimada para o ano de 2014 era de 8643 habitantes. A renda de seus habitantes é basicamente de serviços e agropecuária, como mostra a Figura 17 (DISPONÍVEL EM www.pmjoia.com.br, 2015).

Figura 16: Número de habitantes por ano



Fonte: Disponível em www.pmjoia.com.br (2015)

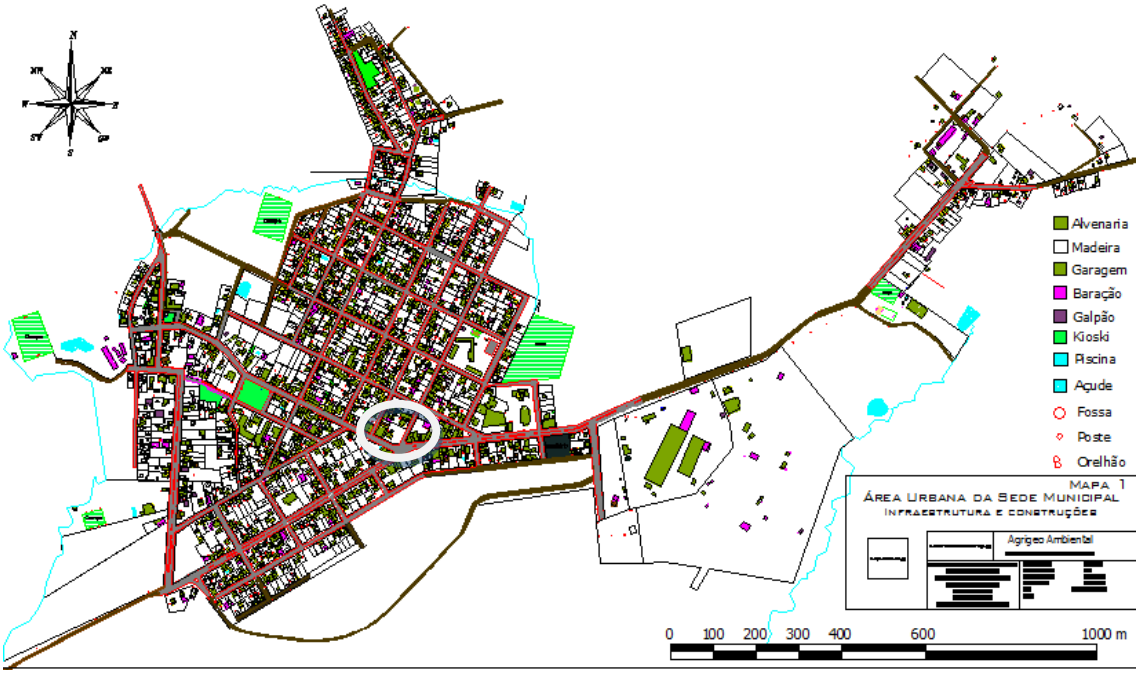
Figura 17: Produto interno bruto



Fonte: Disponível em www.pmjoia.com.br (2015)

A figura 18 nos mostra o Mapa do Município de Jóia detalhando todas suas ruas, lotes e suas respectivas construções. Também salienta-se a localização do terreno no qual será executado o projeto em estudo.

Figura 18: Mapa do município de Jóia



Fonte: Prefeitura Municipal de Jóia (2015)

2.2 LEGISLAÇÃO URBANA

A Lei Municipal nº 2.249, de 23 de setembro de 2008 institui o Código de Obras de Jóia (anexo B), a qual disciplina os projetos, execuções, regularizações, usos e manutenções de obras no Município em questão, garantindo padrões mínimos de segurança, salubridade, habitabilidade, durabilidade e conforto nas edificações. Para efeitos deste projeto arquitetônico serão de utilidade alguns capítulos desta lei, mesmo esta não tendo nenhum capítulo especificando normas para estabelecimentos públicos, que é o objeto deste trabalho.

Conforme Título V, Capítulo II, Art. 50 do presente Código, que trata dos terrenos e fundações, o mesmo impede que sejam licenciadas obras localizadas nos seguintes terrenos:

§ 1º - Terrenos alagadiços sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;

§ 2º - Terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

§ 3º - Terrenos onde as condições geológicas não aconselham edificações;

§ 4º - Áreas previstas como “não edificadas” por legislação municipal, estadual ou federal.

Conforme o presente Código, Título VII, Capítulo I, Art. 73 – As paredes em alvenaria das edificações, sem estrutura em concreto armado ou metálica, são assentadas sobre o respaldo dos alicerces, devidamente impermeabilizados, e tem as seguintes espessuras mínimas:

§ 1º - 0,25m (vinte e cinco centímetros) para paredes externas;

§ 2º - 0,15m (quinze centímetros) para paredes internas;

§ 3º - 0,10m (dez centímetros) para paredes internas de simples vedação, sem função estrutural;

§ 4º - Para efeito do presente Código são consideradas como paredes internas as voltadas para poços de ventilação e terraços de serviços;

§ 5º - Nas edificações de até dois pavimentos são permitidas paredes externas de quinze centímetros.

No Capítulo V, Art. 87, que traz sobre as coberturas, ressaltam-se que as mesmas devem ser feitas de modo a impedir despejos de águas pluviais sobre os lotes vizinhos e passeio público.

Outra questão importante para este trabalho é sobre os corredores, que está disposto no Capítulo V, seção III, Art. 102, onde diz que os corredores devem ter 1,50m para uso comum em prédios de escritório, que é onde nosso projeto se enquadra.

Conforme Título VIII, nosso projeto classifica-se, quanto o uso, em uma edificação Institucional, estas destinadas a atividades de educação, cultura, saúde, assistência social, religião, recreação, lazer e administração pública, segundo Art. 110, § 5º.

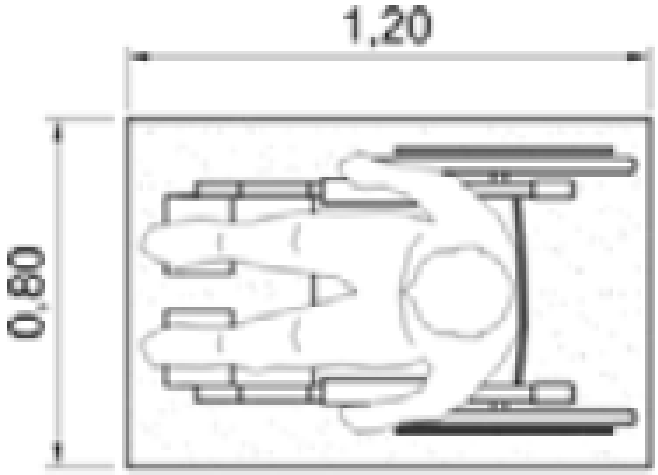
2.3 LEGISLAÇÃO FEDERAL

Conforme NBR 9050 (2004) “ Nas edificações e equipamentos urbanos todas as entradas devem ser acessíveis, bem como as rotas de interligação as principais funções do edifício [...]”. Com isso, e tendo em vista que o objetivo da presente norma é proporcionar condições de acessibilidade para todos as pessoas que utilizarão da edificação, devemos seguir algumas especificações que deverão ser adotadas na formulação da proposta de projeto arquitetônico em questão.

Entre as especificações, começamos com os P.C.R. (Pessoa com Cadeira de Rodas). A acessibilidade para cadeirantes começa com o módulo de referência (MR), que nada mais é a representação gráfica, em planta baixa, de uma pessoa com cadeira de rodas. Conforme a NBR 9050, o MR é de 0,80mx1,20m, conforme mostra a Figura 19.

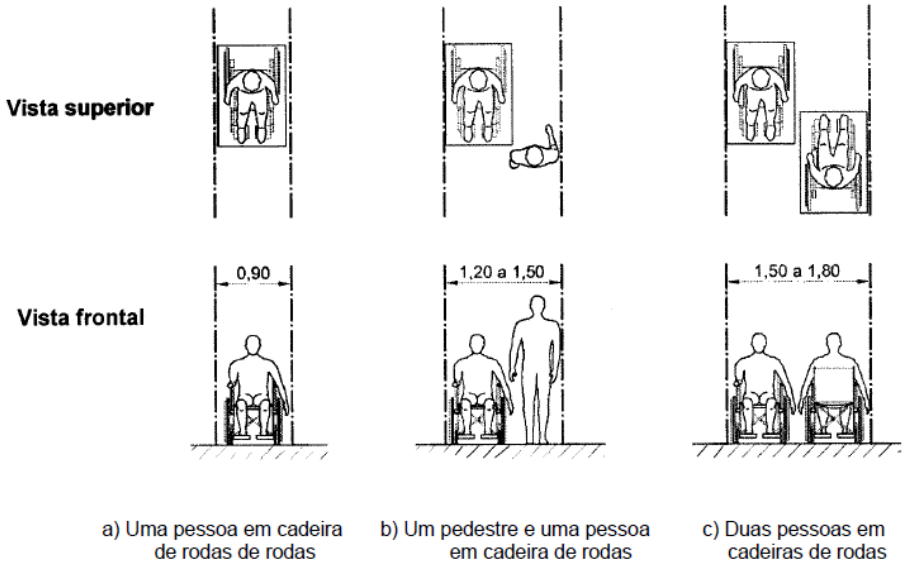
Outra questão pertinente para a elaboração da proposta arquitetônica é a largura mínima de circulação em linha reta para cadeirantes, que vai de 1,50m a 1,80m, referindo-se a duas pessoas em cadeiras de rodas (Figura 20).

Figura 19: Módulo de Referência (MR)



Fonte: ABNT NBR 9050:2004 (2015)

Figura 20: Largura para deslocamento em linha reta



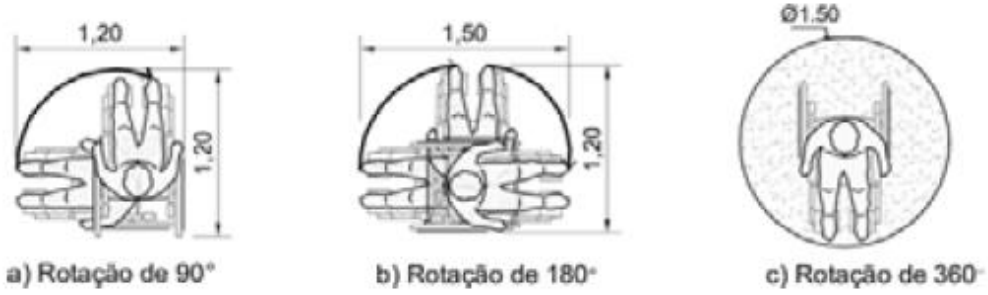
Fonte: ABNT NBR 9050:2004 (2015)

As medidas necessárias para manobras de cadeiras de rodas em um determinado espaço, são as seguintes:

- para rotação de 90º = 1,20m X 1,20m
- para rotação de 180 º = 1,50m X 1,20m
- para rotação de 360º = diâmetro de 1,50m

Segue figura 21 que exemplifica as medidas.

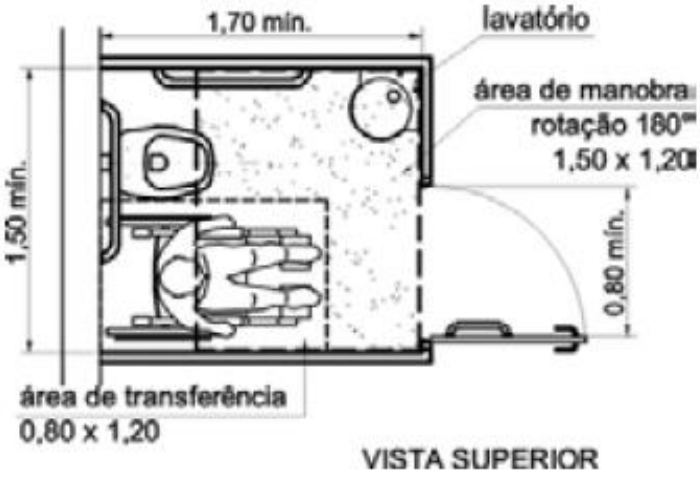
Figura 21: Área para manobra sem deslocamento



Fonte: ABNT NBR 9050:2004 (2015)

Para garantirmos a acessibilidade em toda a edificação, devemos tomar por modelo também as medidas e disposições dos boxes para bacias sanitárias. As medidas mínimas são de 1,70m x 1,50m e a disposição das louças são conforme figura 22.

Figura 22: Boxe para bacia sanitária – medidas mínimas



Fonte: ABNT NBR 9050:2004 (2015)

Para os locais de reuniões, especificadamente auditórios, segundo a Norma, devem possuir espaços reservados para P.C.R. (pessoas com cadeiras de rodas), assentos para P.M.R (pessoa com mobilidade reduzida) e P.O (pessoas obesas). A quantidade destes espaços é dimensionada pela Tabela 01, conforme capacidade total de assentos.

Tabela 01: Espaços para P.C.R., P.M.R. e P.O.

Capacidade total de assentos	Espaços para P.C.R	Assento para P.M.R	Assento P.O.
Até 25	1	1	1
De 26 a 50	2	1	1
De 51 a 100	3	1	1
De 101 a 200	4	1	1
De 201 a 500	2% do total	1%	1%
De 501 a 1 000	10 espaços, mais 1% do que exceder 500	1%	1%
Acima de 1 000	15 espaços, mais 0,1% do que exceder 1 000	10 assentos mais 0,1% do que exceder 1 000	10 assentos mais 0,1% do que exceder 1 000

Fonte: ABNT NBR 9050:2004 (2015)

Como o auditório do Projeto arquitetônico para o Centro Administrativo de Jóia terá capacidade total de 51 a 100 assentos, será preciso 3 espaços para P.C.R., 1 assento para P.M.R. e 1 assento para P.O. Estes espaços terão que estar localizados em uma rota acessível, garantir conforto, segurança, boa visibilidade e acústica.

2.4 ANÁLISE DE MODELOS

A análise de modelos serve para nortearmos e enriquecermos nossa pesquisa de elaboração do projeto arquitetônico de um centro administrativo para a cidade de Jóia. Isto é feito através de análises de edificações com a mesma finalidade deste trabalho por meio de visitas aos locais considerados, estudos das plantas baixas executadas, analises dos programas de necessidades, enfim, buscar informações e ideias para implantarmos em nosso trabalho, a fim de chegarmos a um produto que atenda todas as necessidades e serviços da população e dos servidores da Prefeitura Municipal de Jóia.

2.4.1 Prefeitura Municipal de Augusto Pestana/RS

Figura 23: Prefeitura Municipal de Augusto Pestana

Fonte: Autoria Própria (2015).

Conforme site da Prefeitura Municipal de Augusto Pestana, disponível em www.pmaugustopestana.com.br (2015), a cidade pertence à mesorregião do Noroeste Rio-Grandense e à microrregião de Ijuí. Está localizado a 320 km a noroeste de Porto Alegre e sua população é composta por 7.096 habitantes.

Com sua população basicamente de origem alemã, Augusto Pestana mostra-se uma cidade com diversos traços dessa etnia. A arquitetura enxaimel é uma delas. Esse tipo de construção caracteriza-se por seus grandes telhados e pela madeira aparente na fachada. Encontramos este tipo de arquitetura por diversos pontos da cidade como: Casa Colonial (figura 24), Pórtico de Entrada (figura 25) e diversas casas espalhadas pelo interior do município. Este dado é de grande valia para a execução deste trabalho pelo fato de que a edificação analisada traz a história – origem alemã - do município, estampada na fachada da mesma.

Figura 24: Arquitetura enxaimel – Casa Recanto da Produção

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 25: Arquitetura enxaimel – Pórtico de Entrada

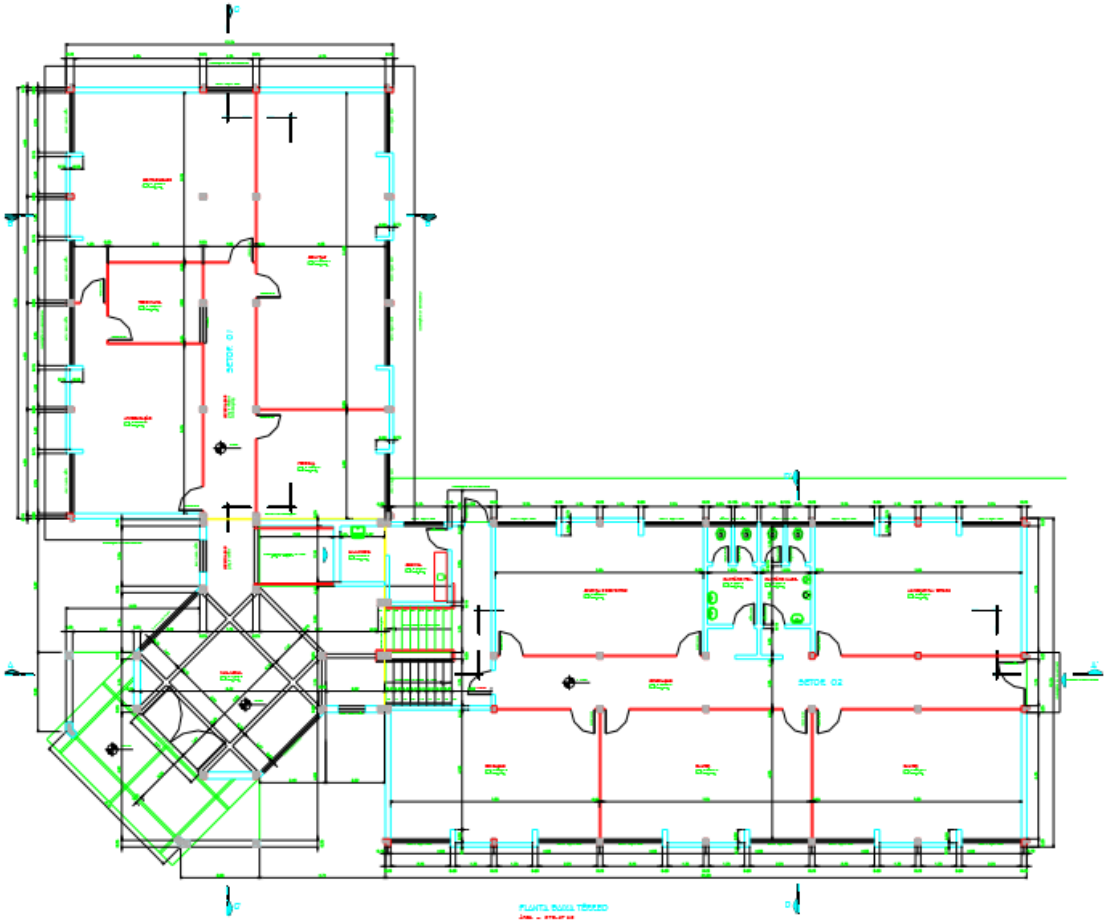
Fonte: Autoria Própria (2015).

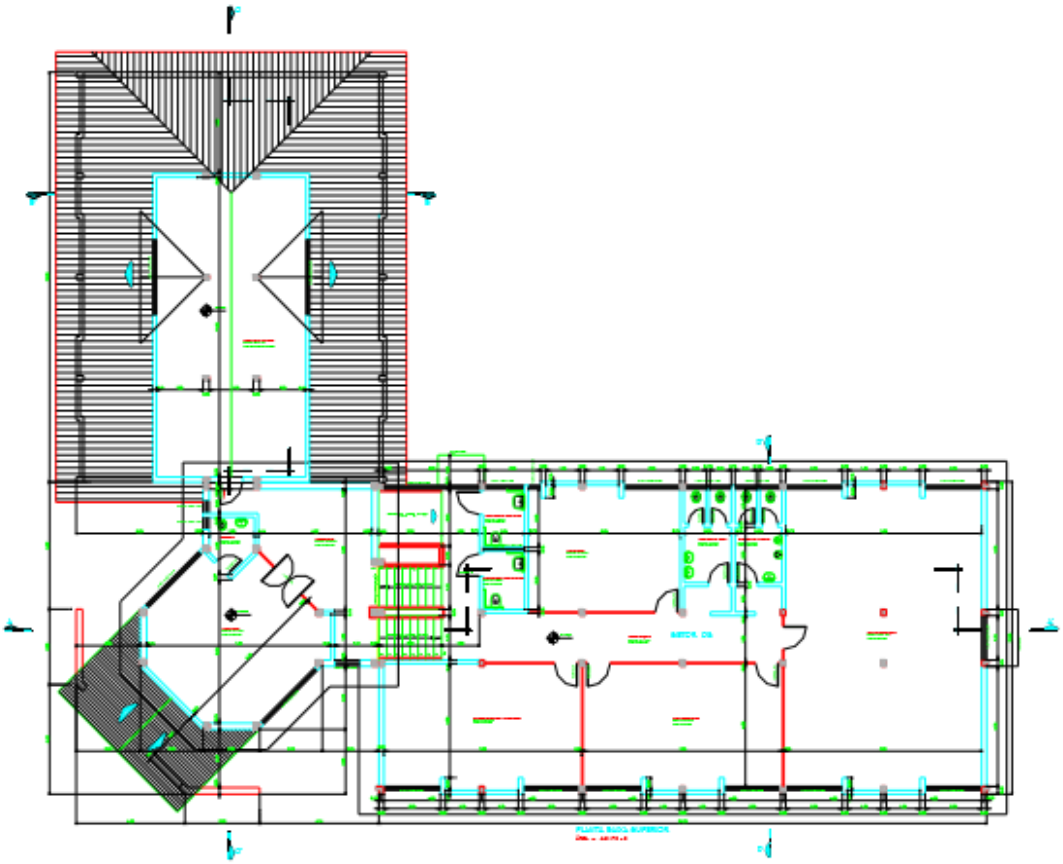
2.4.1.1 Projeto Arquitetônico

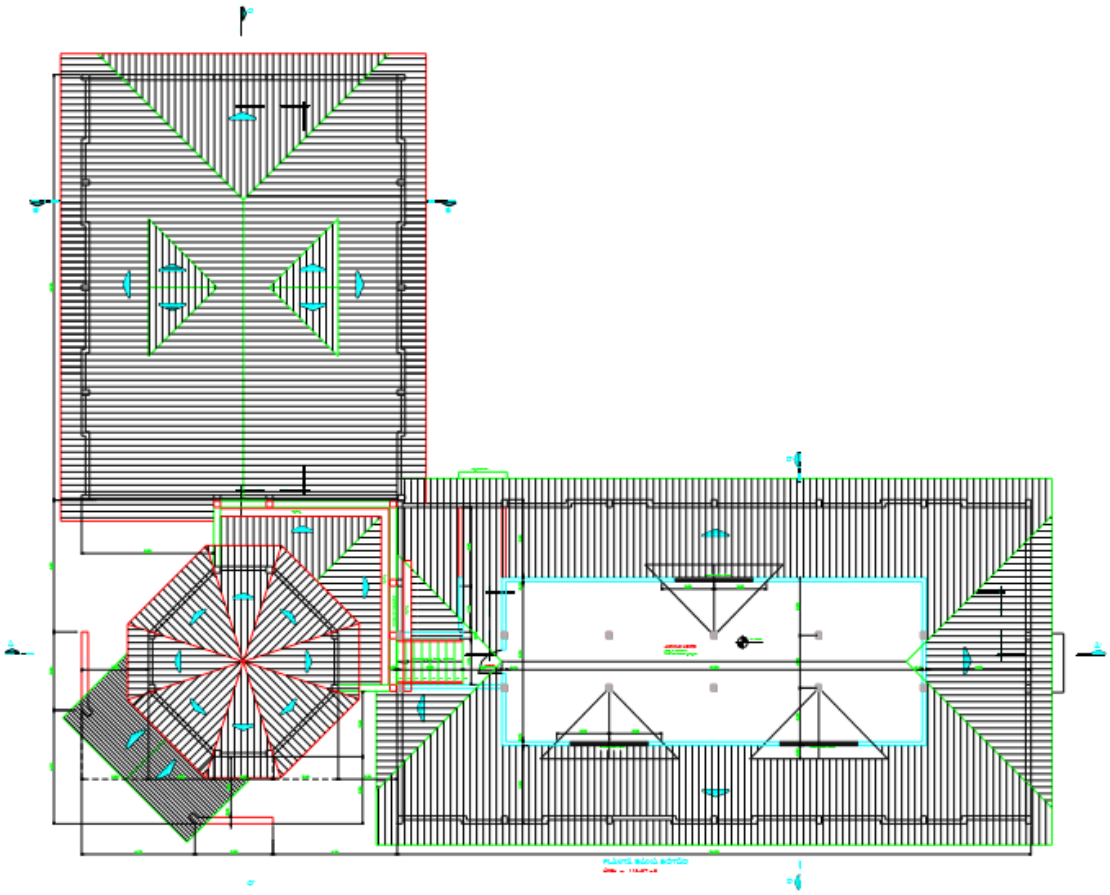
A Prefeitura Municipal foi idealizada pelo Arquiteto Paulo Brendler e executada pelos Engenheiros Luciano T. Reis e Darci Zilmar Leal, da empresa DARCY LUIZ LEAL & CIA LTDA. Sua inauguração foi no dia 27 de julho de 2007.

A análise da planta baixa da edificação destinada a Prefeitura Municipal de Augusto Pestana nos mostra as medidas utilizadas para cada setor e/ou secretarias da edificação, o que permite uma base de áreas mínimas a serem utilizadas no projeto, instrumento desta pesquisa.

Segue, nas pranchas em A3 as plantas baixas da edificação da Prefeitura Municipal de Augusto Pestana.


SETOR 01
SETOR 02





2.4.1.2 Programa de Necessidades e Fluxograma da Prefeitura de Augusto Pestana

Por se tratar de um município vizinho de Jóia, com similar topografia, base de economia parecidas e número de habitantes bastante semelhantes, Augusto Pestana tem uma demanda de Secretarias e serviços bem análogas com o Município de Jóia. Por isso, a análise do Programa de Necessidades desta Prefeitura, é de extrema importância para a execução do mesmo Programa de Necessidades para a Prefeitura de Jóia.

Conforme dados obtidos com o Município de Augusto Pestana, segue o Programa de Necessidades e Fluxograma da mesma:

Prefeito

- ▪ Gabinete
- ▪ Consultoria jurídica
- ▪ Conselhos municipais
- ▪ Assessoria de imprensa
- ▪ Secretaria de administração
- - Equipe de Recursos Humanos
- ▪ Núcleo de registro funcional
- ▪ Núcleo de pagamento
- ▪ Núcleo de controle de encargos sociais
- - Equipe de Compras
- ▪ Núcleo de licitações
- ▪ Núcleo de almoxarifado
- ▪ Núcleo de patrimônio móvel e imóvel
- - Equipe de Serviços Diversos
- ▪ Núcleo de limpeza e vigilância
- ▪ Núcleo de transportes
- ▪ Núcleo de arquivo e protocolo

Secretaria de Finanças

- - Equipe da Receita
- ▪ Núcleo de cadastro e lançamento ISSQN
- ▪ Núcleo de cadastro e lançamento IPTU e taxas
- ▪ Núcleo de fiscalização tributária e posturas
- ▪ Núcleo de processamento de dados
- - Equipe de Tesouraria

- Equipe de Contadoria Geral
  - Núcleo de controle orçamentário
  - Núcleo de serviço de controle patrimonial
  - Núcleo de escrituração contábil

Secretaria do Planejamento e Habitação

- Equipe de Coordenação e Orçamento
- Equipe de Planejamento Urbano
  - Núcleo de patrimônio histórico
  - Núcleo de estudos e projetos
  - Núcleo de aprovação de obras

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

- Equipe de Serviços Urbanos
  - Núcleo de serviços de água e saneamento
  - Núcleo de licenciamento e fiscalização de obras
  - Núcleo de iluminação pública
  - Núcleo de construção e conservação de obras públicas
  - Núcleo de construção e conservação de ruas e avenidas
  - Núcleo de praças e jardins
- Equipe de Serviços Rodoviários
  - Núcleo de parque de máquinas
  - Núcleo de serviço de oficina e garagem
  - Núcleo de serviços de construção e conservação de estradas
- Equipe de Serviços Diversos

Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

- Equipe de Fomento Agropecuário

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

- Equipe de Fomento a Indústria e Comércio
  - Núcleo de cultura
  - Núcleo de desporto
  - Núcleo de turismo
- Habitação

Secretaria de Educação e Cultura

- Equipe de Apoio Administrativo
- Equipe Técnica Pedagógica

- Equipe de Biblioteca

Secretaria de Saúde e Assistência Social

• Assessoria Especial

- Equipe de Saúde

▪ Núcleo de perícia e atendimento médico-hospitalar

▪ Núcleo de depósitos médicos

▪ Núcleo de planejamento familiar

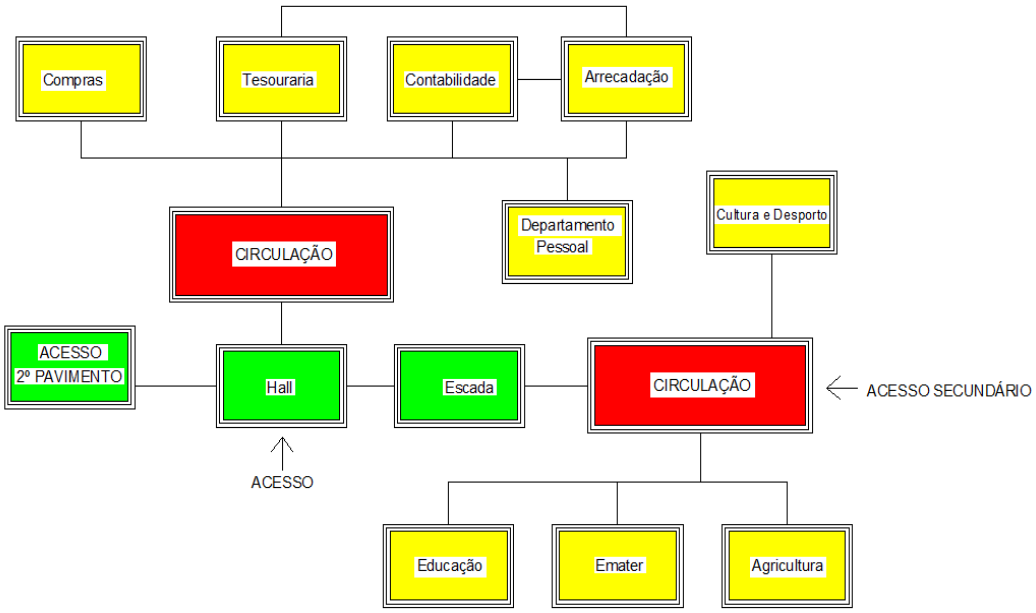
- Equipe de Assistência do Bem-Estar

▪ Núcleo de creches, pré-escolas, lares vicinais

▪ Núcleo de assistência ao menor

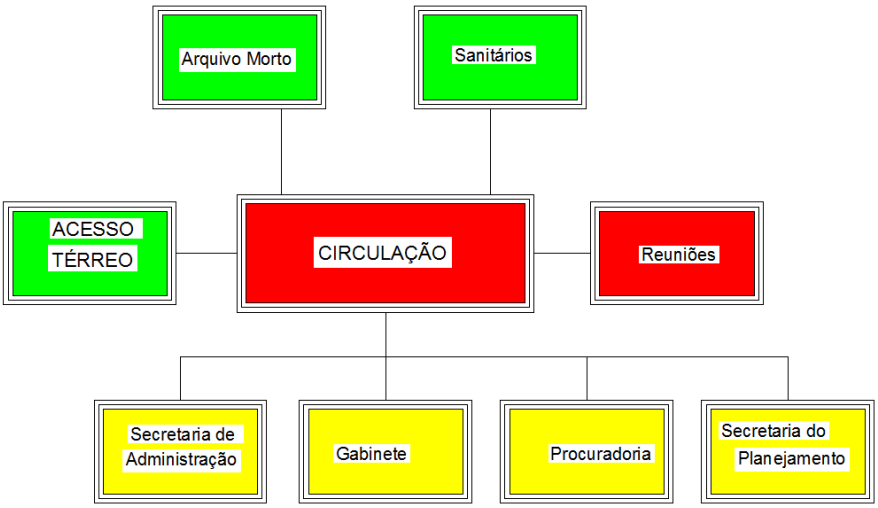
▪ Núcleo de extraclasse

Figura 26: Fluxograma do pavimento Térreo



Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 27: Fluxograma do pavimento Superior



Fonte: Autoria Própria (2015).

2.4.1.3 Levantamento Fotográfico

Em visita ao Centro Administrativo de Augusto Pestana, percebeu-se um ambiente de trabalho limpo e agradável aos olhos, salas adequadas as funções que nelas são exercidas e uma organização exemplar. Para elucidar, segue fotos tiradas do exterior e interior da Prefeitura (Figuras 28 a 39).

Figura 28: Prefeitura Municipal de Augusto Pestana

Fonte: Site Prefeitura Municipal de Augusto Pestana (2015).

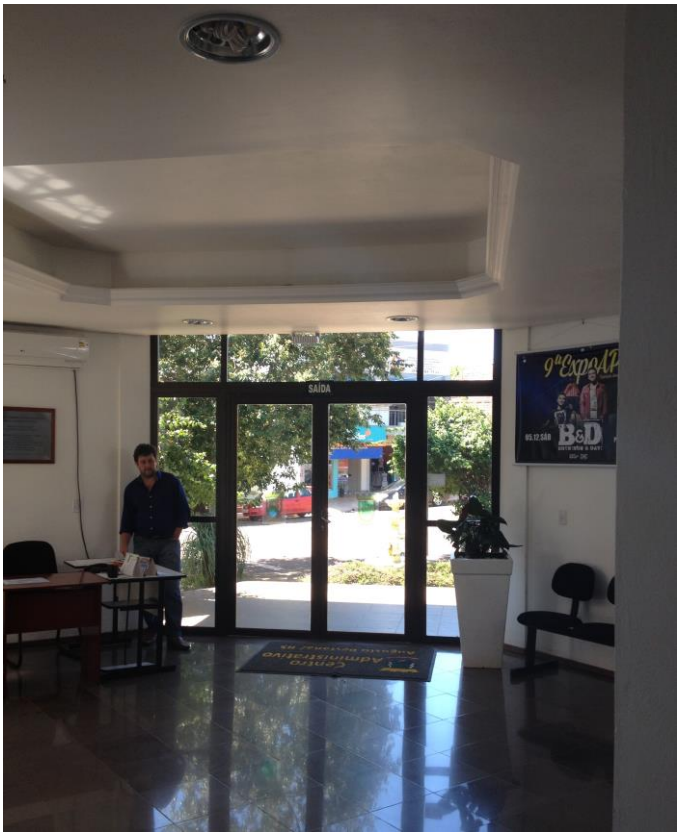
Figura 29: Prefeitura Municipal de Augusto Pestana

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 30: Porta de entrada

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 31: Recepção



Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 32: Salas Térreo

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 33: Escada acesso subsolo

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 34: Salas subsolo

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 35: Acesso 2º pavimento - Rampa

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 36: Acesso 2º pavimento - Escadas

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 37: Salas 2º pavimento

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 38: Gabinete do Prefeito

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 39: Acesso Arquivo morto - Sótão

Fonte: Autoria Própria (2015).

2.4.1.4 Análise de Projeto

Para fins da pesquisa, algumas características do modelo analisado terão verdadeira relevância na hora da execução do projeto do Centro Administrativo de Jóia. São elas:

- Contorno da edificação, por se tratar de um terreno de esquina, foi dado a forma de “L” a estrutura;
- Acessibilidade
- Organização
- Divisórias leves
- Número de Habitantes da cidade (Próximo a população Joiense)
- Localização do Município - Região Noroeste do Estado

2.4.2 Prefeitura Municipal de Bozano/RS

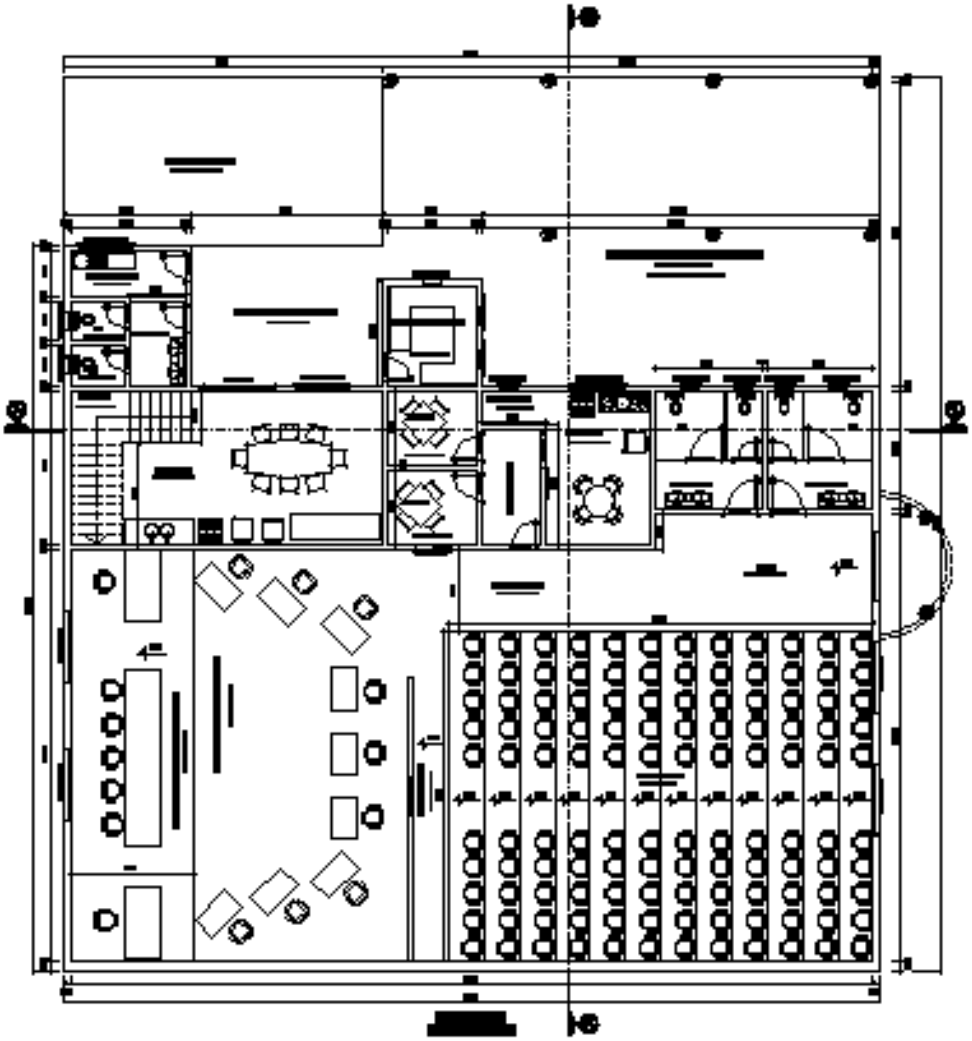
Figura 40: Prefeitura Municipal de Bozano

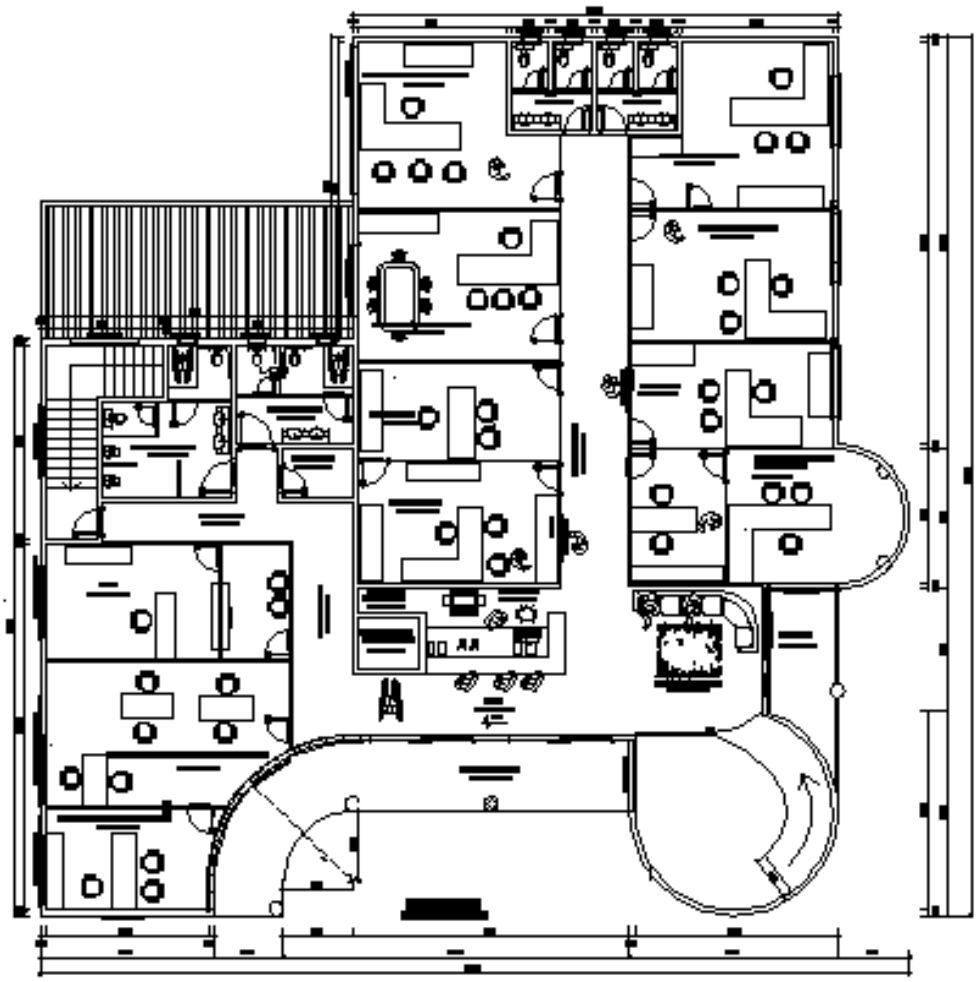
Fonte: Autoria Própria (2015).

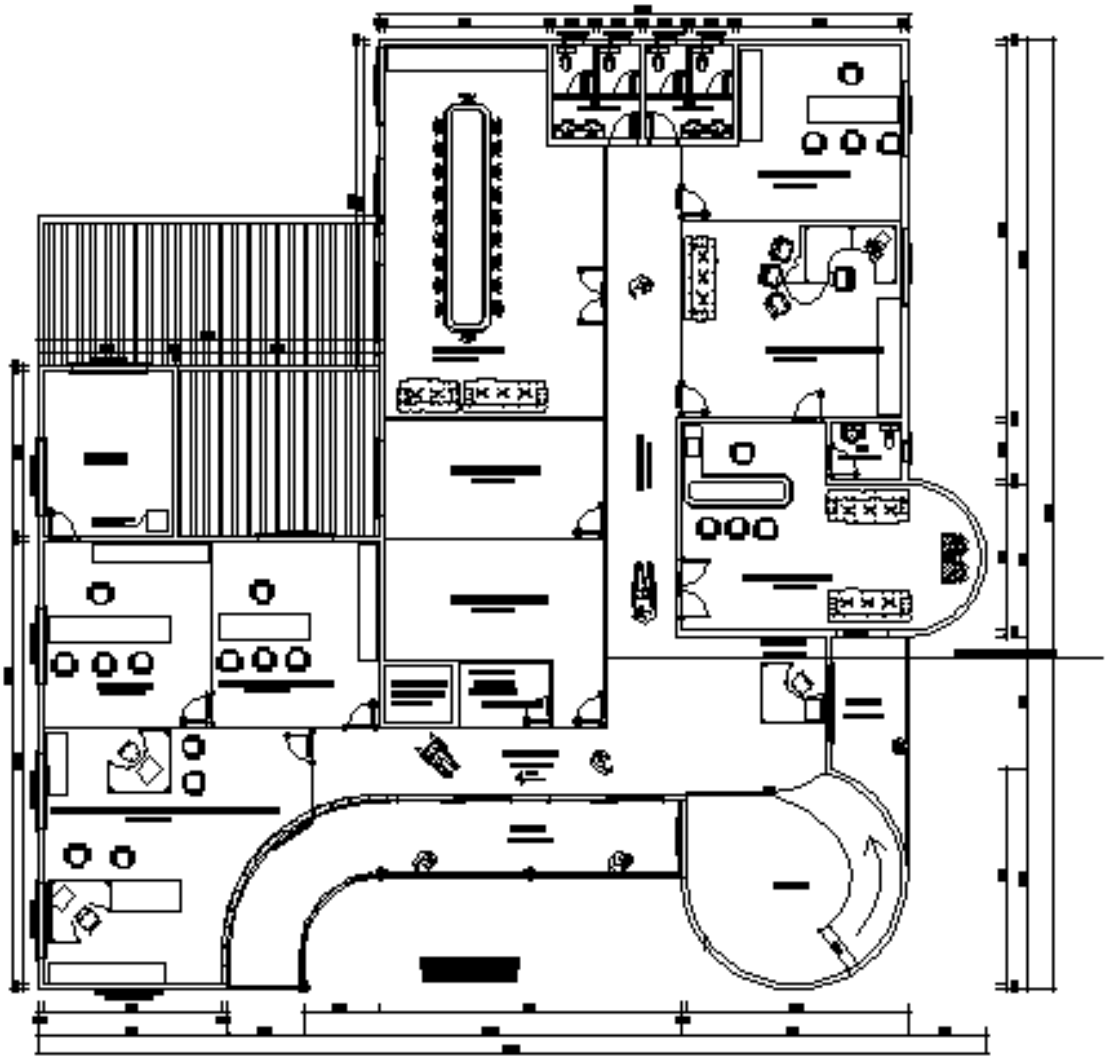
Conforme site da Prefeitura Municipal de Bozano, disponível em http://www.bozano.rs.gov.br/, o Município de Bozano localiza-se na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e ocupa uma área de 201,04 Km². Faz divisa: a oeste com o município de Ijuí, ao norte com o município de Ajuricaba; ao sul com o município de Boa Vista do Cadeado e ao leste com os municípios de Panambi e Pejuçara. Está situado a 380 km da capital, Porto Alegre e sua população é composta por aproximadamente 2.200 habitantes.

2.4.2.1 Projetos Arquitetônicos

Nada melhor que o Projeto Arquitetônico para elucidar como foi projetada a nova sede da Prefeitura Municipal de Bozano, para isso, segue as plantas arquitetônicas dos 3 pavimentos.







2.4.3.1 Programa de Necessidades e Fluxograma da Prefeitura de Bozano

O Programa de Necessidades, juntamente com o pré-dimensionamento foi disponibilizado pela Engenheira Civil da Prefeitura de Bozano, que é criadora dos mesmos. Em conversa com ela, disse que para elaborar este Programa, fez diversas pesquisas com os funcionários públicos e cidadãos para que o mesmo exemplificasse da melhor maneira possível as necessidades que a edificação teria que atender. Segue, na Tabela 02, o Programa de Necessidades e Dimensionamento da Prefeitura Municipal de Bozano.

Tabela 02: Programa de necessidades e dimensionamento de ambientes da Prefeitura Municipal de Bozano

PROGRAMA DE NECESSIDADES E DIMENSIONAMENTO DE AMBIENTES				
N° Ativ	**Ambiente**	**Ocupantes**	**Dimensão mín**	**Instalações**
	RECEPÇÃO-1º Pavimento			
1	Área de recepção e espera	variável	15,00m²	int/tel/cond.ar
2	Sanitários - públicos/deficientes (2 vas+2 lav)	ambos sexos	7,50m²	AF
3	Sanitários - funcionários (2 vas+2 lav)	ambos sexos	6,50m²	AF
4	Nobreak		1,5m²	
5	Plataforma elevatória p/ deficientes (1,4X1,7m)		2,40m²	
6	Escada L=1,80m		9,00m²	
	1º PAVIMENTO			
1	Tributos e Arrecadação	2	30,00m²	int/tel/cond.ar
2	Tesouraria	1	12,00m²	int/tel/cond.ar
3	Contabilidade	2	30,00m²	int/tel/cond.ar
4	Secretaria da Fazenda	1	30,00m²	int/tel/cond.ar
5	Compras (com sala reuniões-licitações-arquivo)	1	45,00m²	int/tel/cond.ar
6	Secretaria Obras e Agricultura	3	35,00m²	int/tel/cond.ar
7	Departamento Meio Ambiente	2	20,00m²	int/tel/cond.ar
8	Departamento Engenharia	2	20,00m²	int/tel/cond.ar

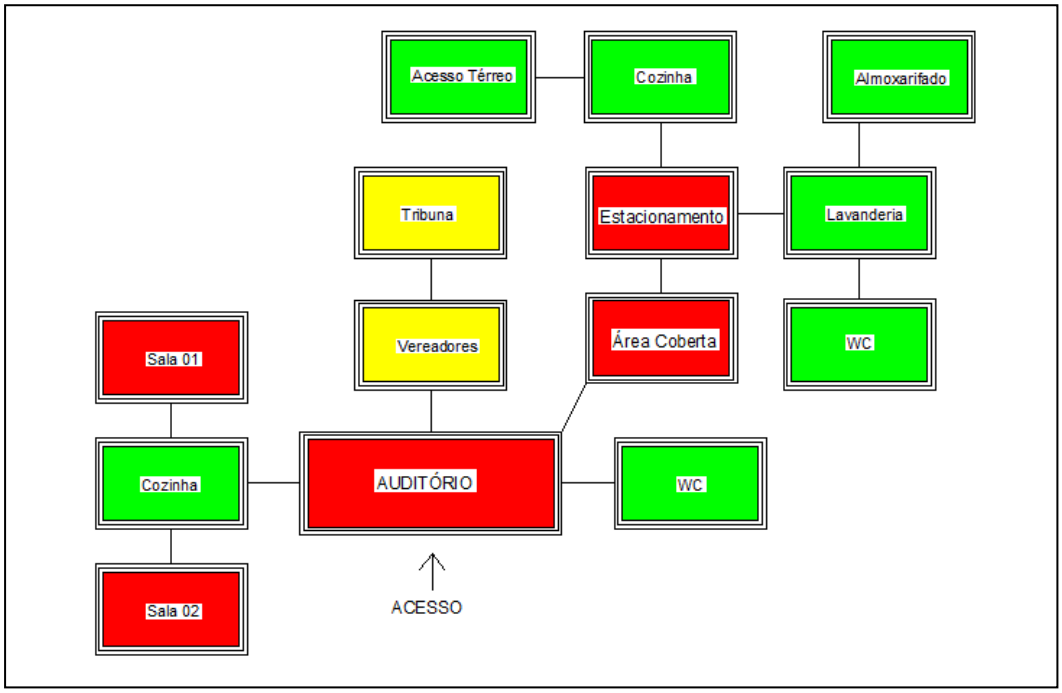
	2º PAVIMENTO			
1	Recepção	1	10,00m²	int/tel/cond.ar
2	Gabinete Prefeito c/ saída secundária e lavabo	1	40,00m²	int/tel/cond.ar
3	Sala Vice-prefeito	1	20,00m²	int/tel/cond.ar
4	Secretaria de Administração e Planejamento	1	30,00m²	int/tel/cond.ar
5	Departamento Jurídico	1	20,00m²	int/tel/cond.ar
6	Departamento Pessoal	2	30,00m²	int/tel/cond.ar

7	Sala Reuniões	variável	50,00m²	int/tel/cond.ar
8	Sanitários - funcionários (2 vas+2 lav)	ambos sexos	6,50m²	AF
9				
10				
11				

TÉRREO				
1	Copa	1	12,00m²	AF
2	Depósito material de limpeza com tanque	1	3,50m²	AF
3	Camara de Vereadores		90,00m²	int/tel/cond.ar
4	Sanitários - público/deficientes (2 vas+2 lav)	ambos sexos	7,50m²	AF
5	Patrimônio e Almoxarifado	1	40,00m²	int/tel/cond.ar
6	Arquivo morto		50,00m²	

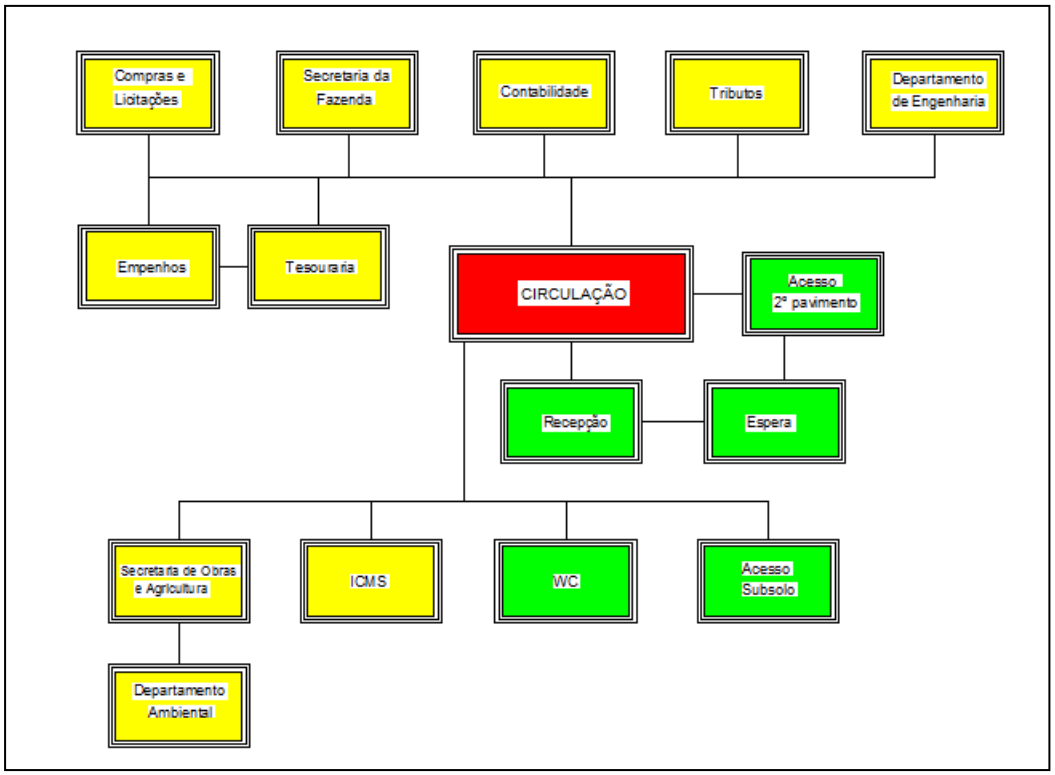
Fonte: Prefeitura Municipal de Bozano (2015).

Figura 41: Fluxograma pavimento Subsolo



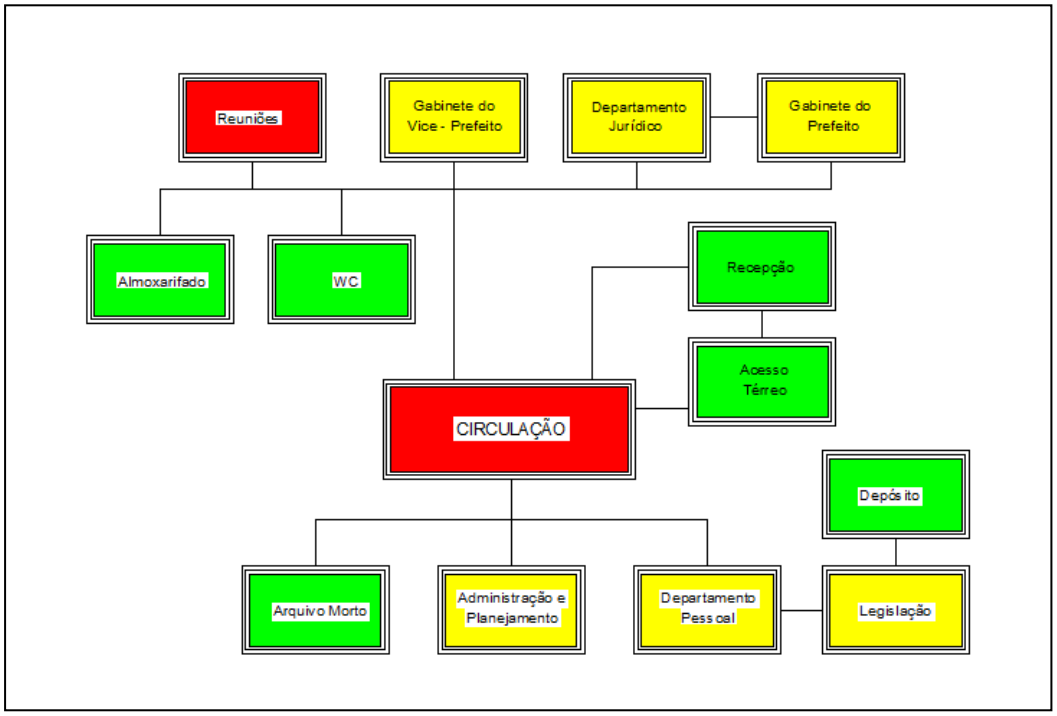
Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 42: Fluxograma pavimento Térreo



Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 43: Fluxograma pavimento Superior



Fonte: Autoria Própria (2015).

2.4.2.3 Levantamento fotográfico

Para elucidar melhor, foram feitas imagens do exterior e interior da construção do Centro Administrativo de Bozano, conforme as Figuras 44 a 53.

Figura 44: Recepção

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 45: Hall que dá acesso a escada

Fonte: Autoria Própria (2015).

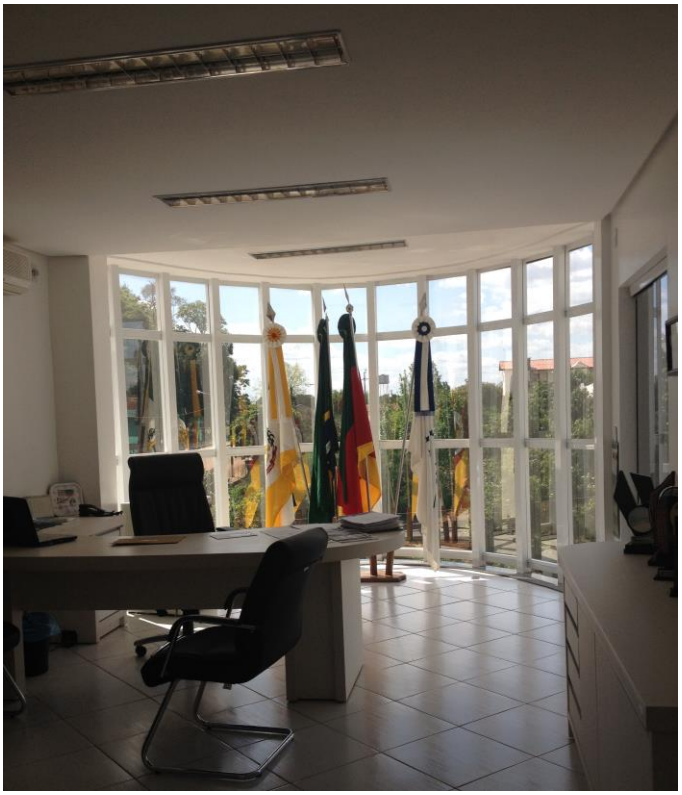
Figura 46: Escada acesso pavimento superior

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 47: Corredores que dão acesso as salas

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 48: Gabinete do Prefeito



Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 49: Plataforma elevatória

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 50: Fachada lateral - Legislativo

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 51: Câmara Municipal de Vereadores

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 52: Jardim externo

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 53: Fachada frontal

Fonte: Autoria Própria (2015).

2.4.2.4 Análise de Projeto

A escolha da análise do modelo da Prefeitura Municipal de Bozano, baseia-se pelo estilo moderno e inovador que a edificação possui. Em conversa com a Engenheira Civil Daniela Freddo, salientou-se a representação e necessidade que a edificação possui para a cidade, em vista que anterior a construção, a Sede da Prefeitura Municipal encontrava-se em uma edificação residencial, de dois pavimentos que fora adaptada para receber as instalações, o que nos remete a situação atual do Centro Administrativo de Jóia.

Segue alguns fatores importantes a serem implantados no projeto do Centro Administrativo de Jóia:

- O uso abundante de vidro nas esquadrias;
- Iluminação e ventilação natural;
- Divisórias leves;
- Plataforma elevatória;

- Organização.
- Arquitetura contemporânea
- Paisagismo
- Número de habitantes da Cidade (próximo a população Joiense)
- Localização do Município - Região Noroeste do Estado

2.4.3 Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito/RS

Rodeio Bonito está localizado ao norte do Rio Grande do Sul, a 432 Km da capital de Porto Alegre. Pertence a zona do Alto Uruguai, na zona colonial de Iraí, a uma altitude de 305 metros acima do nível do mar. Sua população é de 5734 habitantes.

Conforme site da Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito, a construção da nova prefeitura se deu em 2009, com sua inauguração em 14 de dezembro de 2009. Depois de 40 anos funcionando em um prédio de madeira, antigo, com péssimas condições de uso, o novo local garantirá um melhor atendimento à população.

A escolha desta breve análise baseia-se na arquitetura encontrada na fachada da edificação (Figura 54), tendo o uso de vidros como entrada de luz e ventilação natural em todas as perfazes da mesma.

O estilo limpo e “clean” da fachada também será algo de extrema importância para a elaboração do Centro Administrativo de Jóia.

Figura 54: Fachada frontal Prefeitura de Rodeio Bonito/RS

Fonte: Site Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito (2015).

2.4.4 Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG

Uberlândia é um município de Estado de Minas Gerais, fundada em 1888. É a maior cidade de uma região conhecida como Triângulo Mineiro. O estado faz divisa com grandes polos econômicos do Brasil: Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal, Espírito Santo e Bahia. Tem uma população urbana superior a 640.000 habitantes, é o segundo mercado consumidor de Minas Gerais.

O Centro Administrativo de Uberlândia/MG foi construído nos anos de 1990 a 1993. O projeto arquitetônico é de autoria dos arquitetos Acácio Gil Borsoi e Milton Leite Ribeiro. O conjunto arquitetônico possui cerca de 26.000m² de área construída.

A ênfase para escolha de uma breve análise deste modelo se dá pela forma, com linhas horizontais, que foram projetas as esquadrias de alumínio e vidro, conforme figura 55.

Figura 55: Fachada frontal Prefeitura de Uberlândia/MG

Fonte: Site Prefeitura Municipal de Uberlândia (2015).

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa teórica que visa a elaboração de um projeto para o Centro Administrativo de Jóia. A mesma foi desenvolvida através de uma revisão de literatura relacionada com o tema de Administração Pública. Também foram feitas análise de modelos de centros administrativos de cidades da região, visando estudar aspectos relacionados a programas de necessidades, funcionalidades, dimensões, estruturas e uso de materiais e técnicas construtivas.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA

O projeto visa beneficiar toda a população Joiense e principalmente seus funcionários públicos que nele trabalharão.

4 PROPOSTA

4.1 CONCEITUAÇÃO

O conceito a ser implantado para esta edificação é basicamente o Sol, o Vento e a Água.

O Sol, pois será um projeto valorizando a orientação solar, posicionando a edificação para o lado oeste, com o sol da manhã. A farta iluminação nos espaços ficará a cargo da substituição da alvenaria convencional, sempre que possível, pelo uso do vidro, proporcionando assim uma diminuição nos gastos com energia.

O Vento, que vem como um conceito através de ambientes que serão projetados com grandes janelas, arejando os espaços, trazendo conforto térmico e diminuindo o uso de ventilações forçadas como ar condicionados e ventiladores, que aumentam significativamente o consumo de energia.

E por fim a Água, que se insere neste conceito pelo fato de que o Município de Jóia é considerado “Terra das Nascentes”. O projeto terá um espelho d’água que estará localizado a frente da edificação, simbolizando as inúmeras nascentes que provem desta terra.

4.1.1 Painel Conceitual Sensorial

4.1.2 Painel Conceitual de Repertório Arquitetônico

4.2 PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ-DIMENSIONAMENTO

O Programa de necessidades traz como função a identificação, antes da formulação do projeto, de características funcionais das atividades, definição dos setores e dos compartimentos de cada setor, também evidencia as áreas necessárias a cada espaço interno e áreas externas. Segue, na tabela 03, os setores e a área mínima necessária.

Tabela 03: Programa de necessidades e Pré-dimensionamento

PROGRAMA DE NECESSIDADES	PRÉ-DIMENSIONAMENTO
GABINETE	
Gabinete do Prefeito	30 m²
Chefe de gabinete	12 m²
Gabinete do vice-prefeito	12 m²
Consultoria jurídica	15 m²
Sala de reuniões	30 m²
FAPS	16 m²
Prestação de contas	20 m²
Engenharia/Projetos	20 m²
ADMINISTRAÇÃO	

Secretário de administração	12 m²
Oficial	9 m²
Sala de reuniões – licitações	20 m²
Sala de contratos – licitações	9 m²
Arquivo – licitações	6 m²
Recepção	10 m²
Sala de espera	15 m²
Recursos Humanos – pessoal	50 m²
Copa/cozinha	15 m²
Área de serviço	8 m²
Habitação	12 m²
Sala do servidor / central telefônica	9 m²
Sindicância	25 m²
FAZENDA	
Secretário de finanças	10 m²
Tributos – fiscal	24 m²
Tributos – inspetor	12 m²
Sala de reuniões	12 m²
Tributos – água	12 m²
Arrecadação – caixa	9 m²
Arrecadação –administração	9 m²
Controle interno	12 m²
Contador	9 m²
Apoio contador	15 m²
Arquivo morto	50 m²
Exatoria	50 m²
EDUCAÇÃO	
Secretário de educação	12 m²
Diretoria pedagógica	30 m²
Administração transporte escolar	16 m²
Sala de cópias	12 m²
Nutricionista – merenda escolar	12 m²
CMD	9 m²
Sala de reuniões	30 m²
Arquivo	6 m²
Depósito	6 m²
Jari – transito	12 m²
AGRICULTURA	
Secretário de agricultura	12 m²
Administrativo	12 m²
Meio ambiente	16 m²
Vigilância sanitária	12 m²
Junta militar	16 m²
Veterinário	9 m²
Técnico agrícola	12 m²
Sala do empreendedorismo	12 m²
OBRAS	
Secretário de obras	15 m²
Diretor	30 m²
ASISTÊNCIA SOCIAL	
Secretário de assistência social	15 m²
Diretor	25 m²
Sala de reuniões	30 m²
APOIO	
Sanitários	50 m²
Arquivo morto (geral)	140 m²
Estacionamento	100
Xerox	6

Área de circulação	50
Auditório	170

Fonte: Autoria Própria (2015)

Neste pré-dimensionamento, foram preciso Este Programa de necessidades, por ser feito anteriormente ao projeto, é possível que hajam alterações na metragem quadrada dos setores, tal qual, modificações e/ou integralidade de alguns ambientes.

4.3 ORGANOGRAMA

O organograma da proposta de projeto segue (Tabela 04) dividido em 3 (três) setores, sendo eles: o setor Social, Atendimento e Serviço.

Tabela 04: Organograma

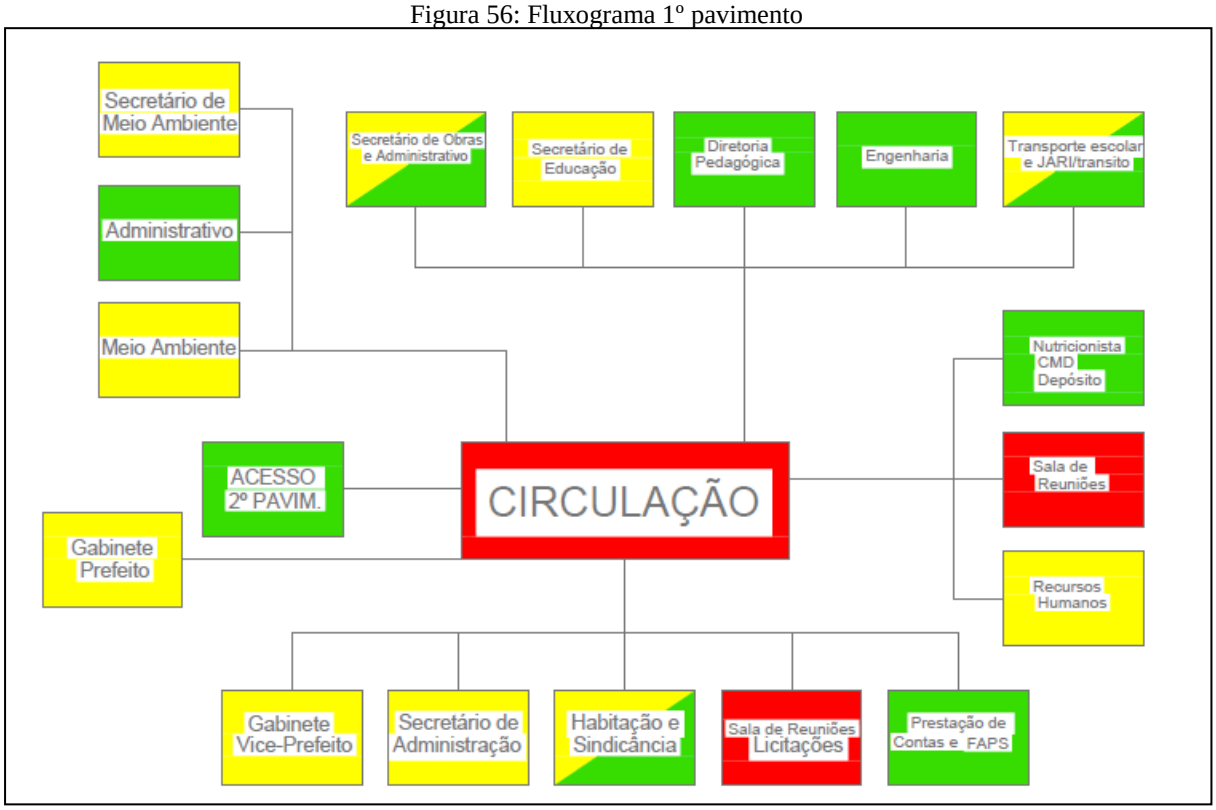
Setor Social	**Setor Atendimento**	**Setor Serviço**
Circulação	Recepção	Banheiros
Auditório	Tributos	Contador
Licitações/Contratos	Arrecadação	Servidor
Sala de Reuniões	Exatoria	Central Telefônica
Escadas	Assistência Social	Cozinha
Elevador	Secretário Fazenda	Depósito
	Gabinete Vice-Prefeito	Arquivo Morto
	Gabinete Prefeito	Sindicância
	Secretário Administração	Prestação de Contas/FAPS
	Habitação	Nutricionista
	Recursos Humanos	CMD
	Jari (trânsito)	Depósito
	Secretário de Educação	Transporte Escolar
	Secretário de Obras	Engenharia/Projetos
	Meio Ambiente	Diretoria Pedagógica
	Técnico Agropecuário	Administrativo - obras
	Vigilância Sanitária	Administrativo - agricultura
	Veterinário	
	Junta Militar	
	Secretário de Agricultura	

Fonte: Autoria Própria (2015).

4.4 FLUXOGRAMA

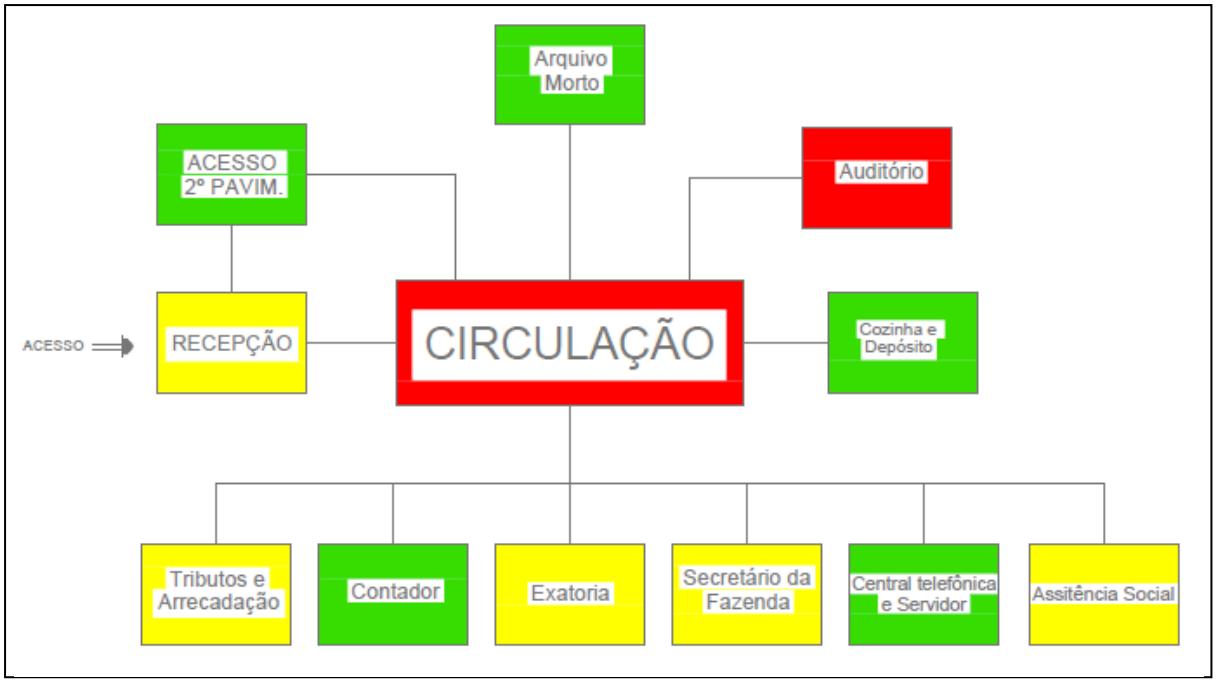
Para um melhor entendimento do fluxo do projeto a ser preparado, e para facilitar a posterior elaboração, é necessário que se faça um fluxograma, que nada mais é que a representação gráfica de um determinado procedimento, sistema, ou seja, representação esquematizada de como se dará o fluxo da edificação. As Figuras 56 e 57 mostram o fluxograma do 1º pavimento e do 2º pavimento, respectivamente.

Figura 56: Fluxograma 1º pavimento



Fonte: Autoria Própria (2015)

Figura 57: Fluxograma 2º pavimento



Fonte: Autoria Própria (2015)

4.5 TERRENO

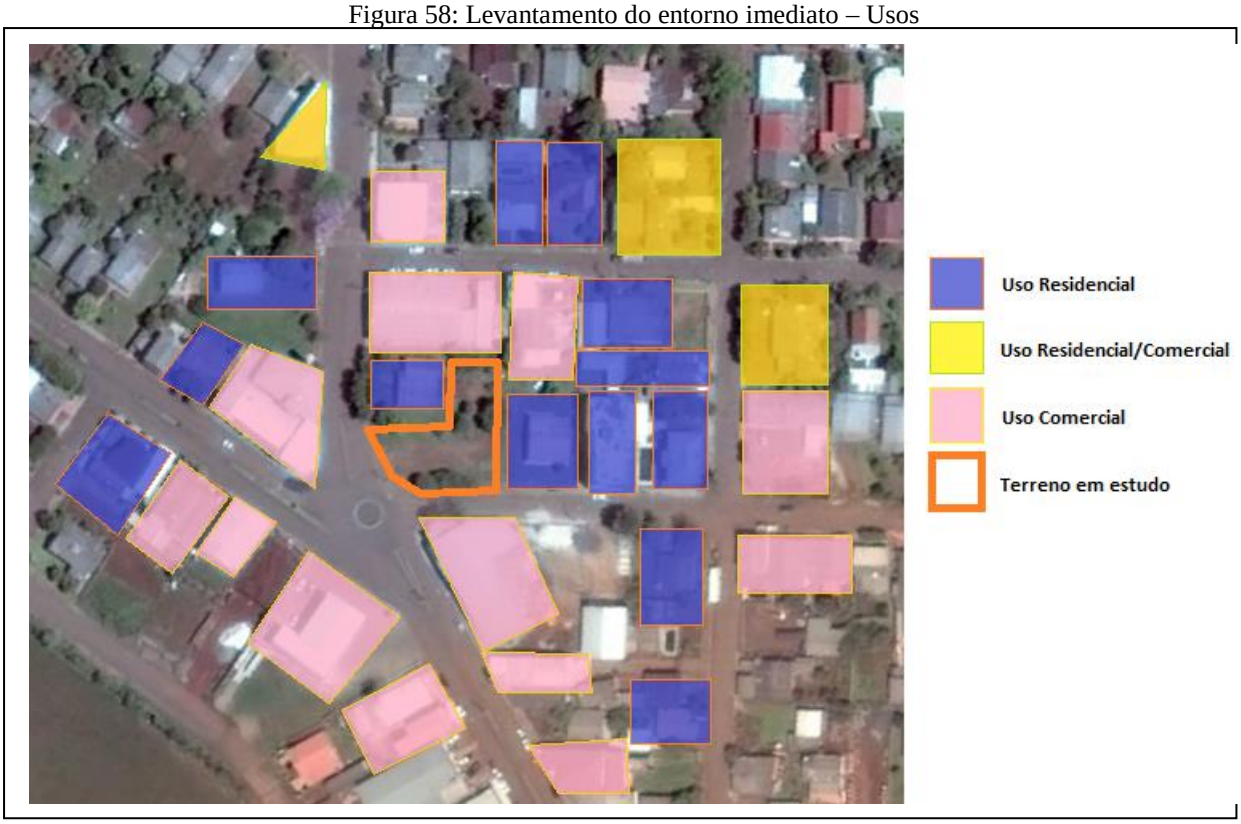
O terreno sobre o qual será desenvolvido a Proposta de um Projeto Arquitetônico para um Centro Administrativo, localiza-se em uma área central da cidade de Jóia, especificadamente na Esquina com as Ruas Brasilina Terra e Horácio Netto Obregão, quadra número 27.

4.5.1 Levantamento do entorno imediato

O levantamento do entorno imediato é feito para caracterizar os sistemas construtivos que circundam a área em que será desenvolvida o projeto. Estão divididos quanto aos usos – residencial, comercial ou mista - tipologias – alvenaria ou madeira - e infraestrutura – iluminação e distribuição de água.

Na figura 58 é demostrado o levantamento feito quanto aos usos, que estão explícitos nas cores: azul - uso residencial, amarelo – residencial/comercial e rosa – comercial. Percebe-se que esta área possui tanto quanto construções residenciais, quanto construções comercias, caracterizando a mesma como uma área de uso misto.

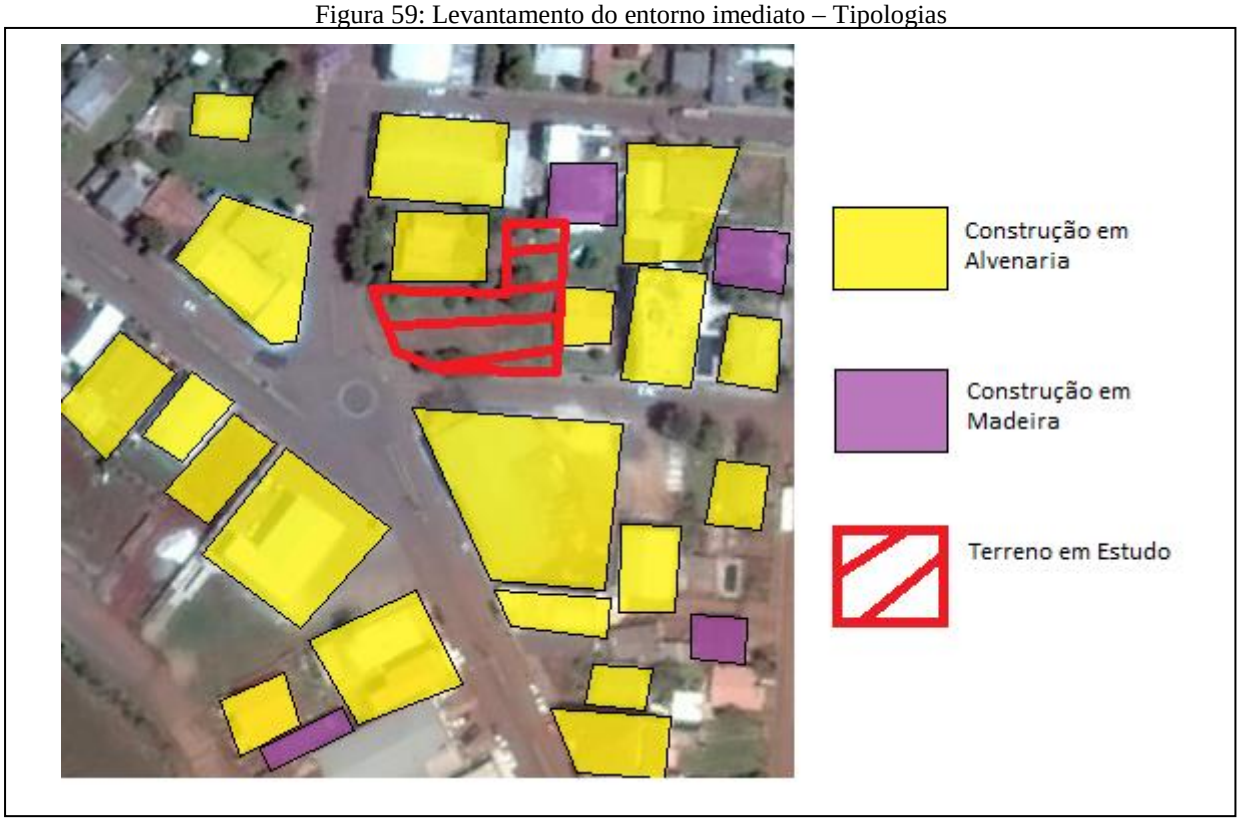
Figura 58: Levantamento do entorno imediato – Usos



Fonte: Autoria Própria (2015)

A figura 59 evidencia o levantamento do entorno imediato quanto suas tipologias, são elas: construções em alvenaria – amarelo e construções em madeira – roxo. É nítida a percepção da predominância das construções em alvenaria, visto que mais de 80% das edificações analisadas são desta tipologia.

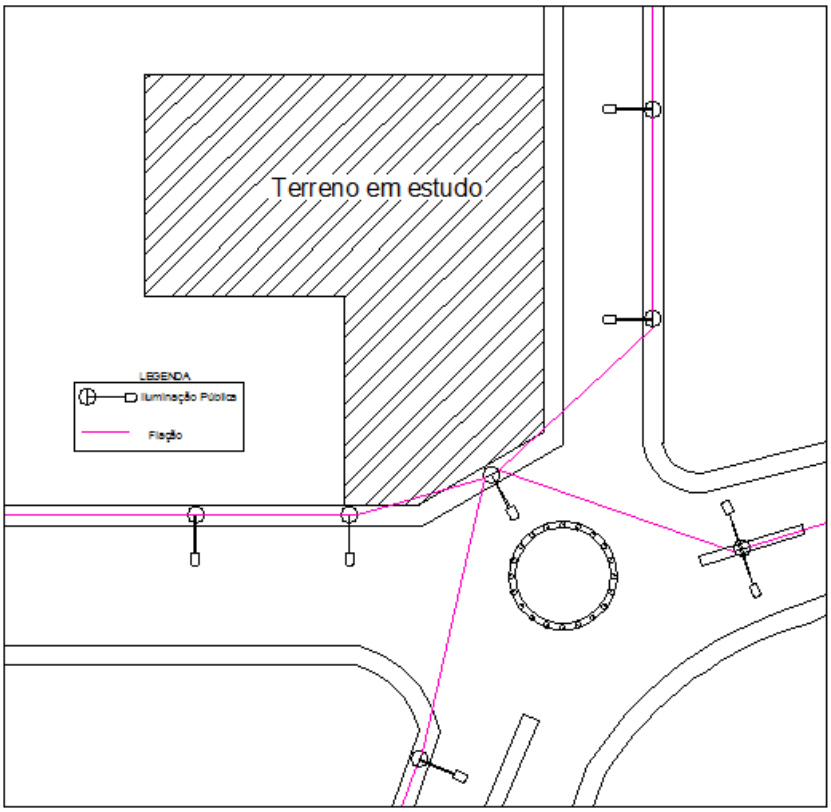
Figura 59: Levantamento do entorno imediato – Tipologias



Fonte: Autoria Própria (2015)

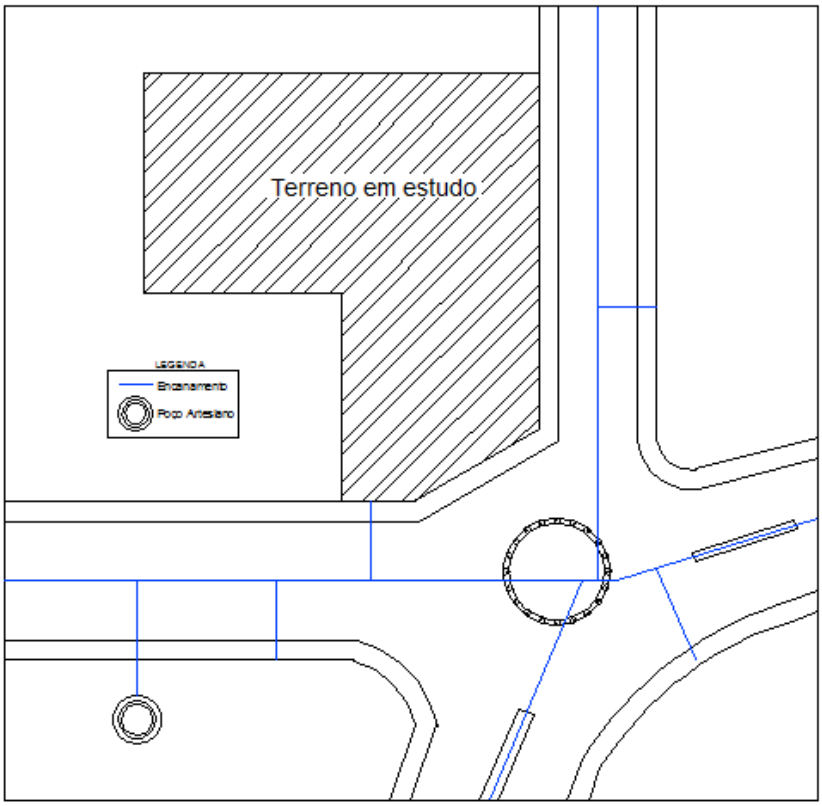
Já as figuras 60 e 61 nos mostram a infraestrutura existente no entorno do terreno a ser usado para o projeto. A figura 60 ilustra a posição da iluminação pública existente e a figura 61 a distribuição de água, esta que foi feita através de relatos dos moradores e em conversa com o Eng. Civil da cidade, visto que o Município não possui nenhum mapeamento referente a este tipo de infraestrutura. O levantamento referente a coleta de esgoto não foi elaborado uma vez que o Município de Jóia não possui rede coletora, cada edificação tem um tanque séptico e um sumidouro para recolhimento destes detritos.

Figura 60: Levantamento do entorno imediato – Infraestrutura – Iluminação Pública



Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 61: Levantamento do entorno imediato – Infraestrutura – Distribuição de água



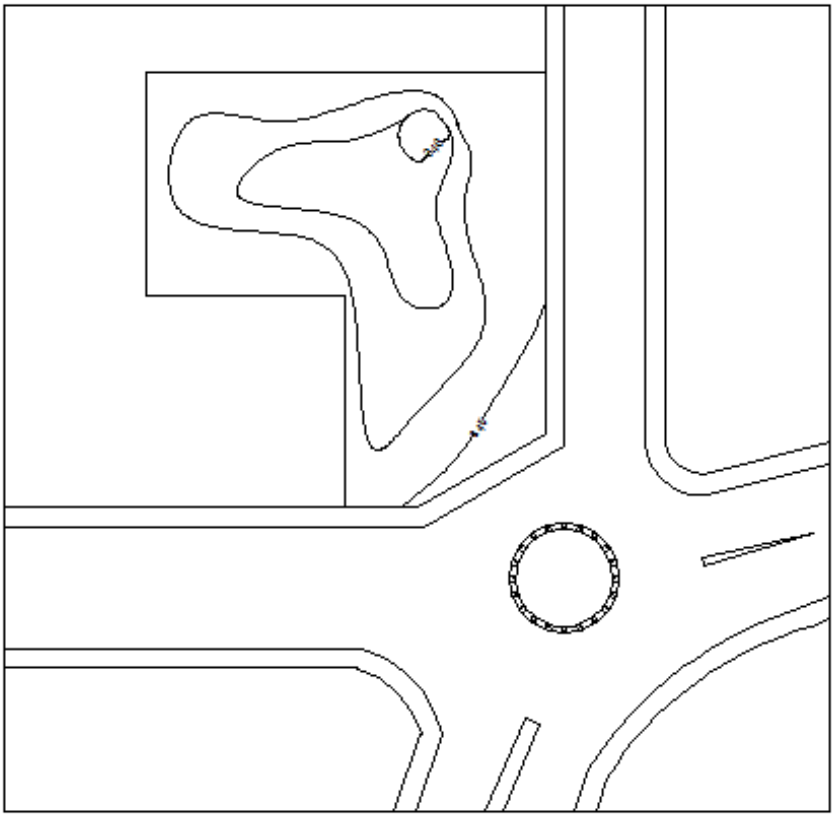
Fonte: Autoria Própria (2015).

4.5.2 Levantamento Planialtimétrico do terreno

O levantamento Planialtimétrico do terreno em estudo é composto por três figuras que demonstram as curvas de nível, dimensões, ângulos e áreas e por último a posição da vegetação existente.

A figura 62 exemplifica as curvas de níveis existentes no terreno. Conforme Site de Prefeitura Municipal de Jóia (2015), a cidade está localizada a 302m de altitude em relação ao nível do mar. O terreno em estudo está localizado a uma altitude de 345m com coordenadas geográficas 28º38’52,5” de altitude sul e 54º07’05,8” de longitude oeste de Greenwich. Como a superfície do mesmo é ligeiramente plana, a figura não está muito representativa.

Figura 62: Curvas de nível



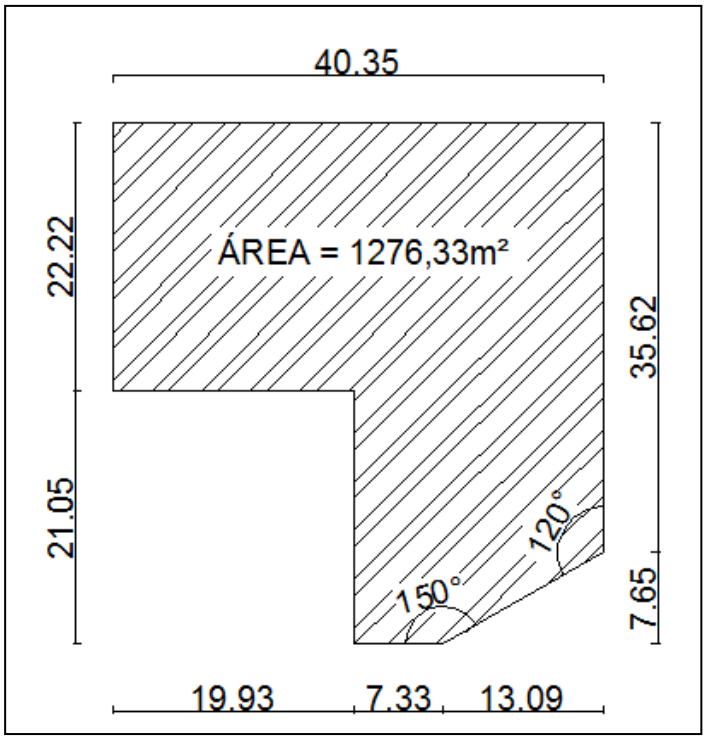
Fonte: Autoria Própria (2015).

A figura 63 nos mostra as dimensões e ângulos que formam o terreno e nos informa a área total do mesmo. É um terreno único quanto a característica de sua forma, porém é bastante amplo, possibilitando e facilitando a execução do projeto. As dimensões e confrontações são as seguintes:

- ao Norte, com 40,35m (quarenta metros e trinta e cinco decímetros) com o lote nº 15;
- ao Sul, com 7,33m (sete metros e trinta e três decímetros) e 13,09 (treze metros e 9 centímetros) com a Rua Brasilina Terra e 19,93m (dezenove metros e noventa e três decímetros) com o lote nº 17;
- ao Leste, com 35,62m (trinta e cinco metros e noventa e um decímetros) e 7,65m (sete metros e sessenta e cinco decímetro) com a Rua Horácio Netto Obregão;
- ao Oeste, com 21,05 (vinte e um metros e sete centímetros) com o lote nº 17 e 22,22m (vinte e dois metros e vinte e dois decímetros) com o lote nº 20.

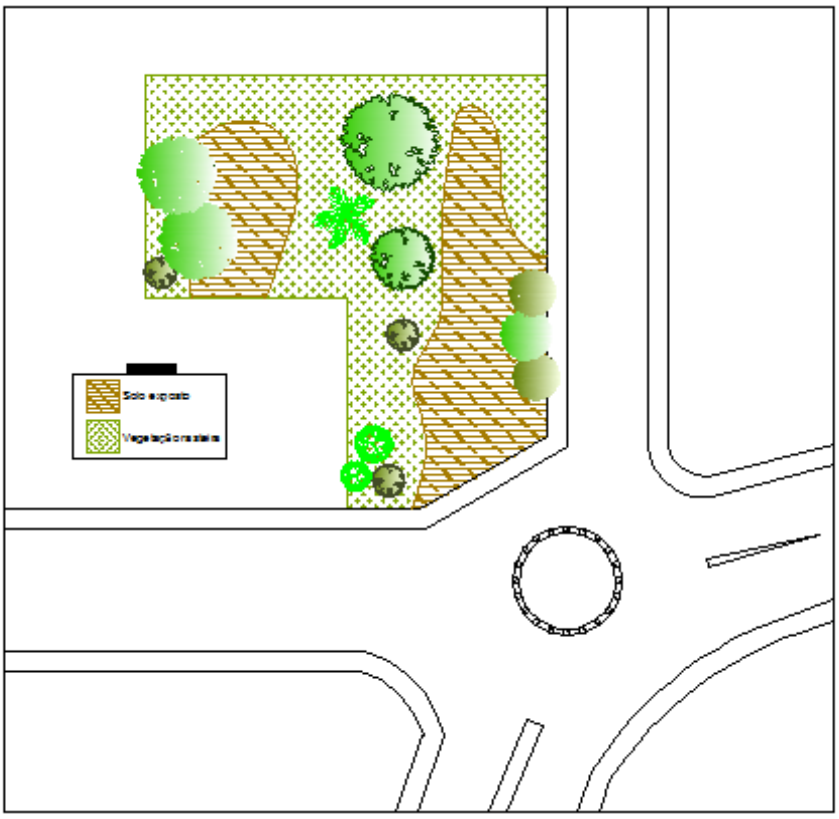
Já a figura 64 elucida a localização da vegetação existente atualmente no terreno. Possui áreas com o solo exposto, que por vezes é usado como estacionamento da edificação vizinha, justificando a condição e também possui algumas vegetações, de porte pequeno a médio, de fácil remoção (mediante projeto enviado ao setor de meio ambiente da Prefeitura Municipal), pois não são plantas imunes ao corte.

Figura 63: Dimensões, ângulos e área



Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 64: Posição da vegetação existente



Fonte: Autoria Própria (2015).

4.5.3 Levantamento Fotográfico

Após toda a pesquisa feita e para melhor caracterizar o terreno em estudo, foi elaborado um levantamento fotográfico que nos mostra a localização exata do terreno em relação ao seu entorno. As figuras 65 a 74 ilustram tudo isso.

Figura 65: Localização do terreno em relação à cidade

Fonte: Google Maps (2015).

Figura 66: Quadra do terreno em estudo

Fonte: Google Maps (2015).

Figura 67: Terreno in loco

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 68: Terreno in loco

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 69: Terreno in loco

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 70: Entorno do terreno

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 71: Entorno do terreno

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 72: Entorno do terreno

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 73: Entorno do terreno

Fonte: Autoria Própria (2015).

Figura 74: Entorno do terreno

Fonte: Autoria Própria (2015).

5 CONCLUSÃO

Este trabalho foi escrito baseando-se em algumas crenças. Acredita-se que um Centro Administrativo Municipal é de derradeira importância para as cidades, onde nele eclodem ideias e projetos que trazem desenvolvimento e equilíbrio aos Municípios.

Para que isso tudo aconteça da melhor maneira possível, é imprescindível ter um Projeto Arquitetônico elaborado, pensado através de critérios e objetivos bem findados, e é isto que esta pesquisa nos mostra.

A revisão literária, que é o início deste processo, foi de extrema importância para o entendimento acerca do tema e do histórico do Município em que este projeto está sendo pensado. Uma revisão na literatura bem preparada, solidifica as questões mais relevantes que terão que ser abordadas na metodologia de criação do projeto.

Na análise de modelos, o maior problema encontrado foi achar projetos que remetessem a realidade do Município de Jóia, tanto na cultura, população, topografia e economia. Trazer ideias que deram certo em cidades vizinhas era o grande objetivo destas análises e acredito que isto tenha sido alcançado, uma vez que as duas principais apreciações são de realidades muito próximas as da cidade em questão.

A elaboração do Programa de Necessidades procurou abarcar todas as especificações demandadas que uma edificação com esta finalidade pede. Permite aos funcionários terem a capacidade de discernirem o que é apenas estético e não funcional do que é essencial para o melhor desempenho das atividades e serviços de um Centro Administrativo. Sabe-se que a funcionalidade é fator indispensável para o sucesso de uma prefeitura. Mas a estética deve vir aliada as qualidades de acessibilidade, organização, segurança e economia, além do aspecto funcional de móveis e equipamentos. Foram realizadas muitas versões até chegar ao produto final aqui proposto.

Tendo em vista os aspectos observados e levando-se em conta os objetivos traçados no princípio deste trabalho, foi realizado um projeto arquitetônico que atendeu todos os respectivos incisos propostos, sem nenhuma grande dificuldade.

Então, conclui-se o trabalho afirmando que a maior contribuição desta pesquisa é para a população Joiense, para que o novo projeto de um Centro Administrativo preste serviços eficientes e equalize todas as ideias de desenvolvimento que surgirão desta edificação, fazendo com que o Município de Jóia prospere mais e mais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:** acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004. 97 p.

BRASIL. Lei nº 2.249, de 23 de setembro de 2008.

CAULLIRAUX, Heitor M.; YUKI, Mauro. **Gestão pública e reforma administrativa**: conceitos e casos: a experiência de Florianópolis. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

COLÉGIO ESTADUAL ANTÔNIO MASTELLA. **Jóia**: um registro da história. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2003. 376p.

COSTA, Frederico Luctosa da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, set./out. 2008.

COTRIM, Gilberto. **História e consciência do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1999. 352p.

FABRIZ, Daury Cesar. Federalismo, municipalismo e direitos humanos. **Revista do Tribunal de Conta do Estado de MG**, p. 89, 2010. Disponível em: <http://revista.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1085.pdf>. Acesso em: 14/04/2015.

FONTANA, Clemente. **Entrevista concedida a Gilmar Gomes da Silva**. Jóia, jan. 2003.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/>. Acesso em: 02/09/2015.

IBGE. Disponível em:< http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 16/09/2015.

KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. **Administração pública no Brasil**: crises e mudanças de paradigmas. São Paulo: Annablume; Fapesb, 2000.

LAZZAROTTO, Danilo. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sulina, 1971. 186 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA. Disponível em: <http://www.pmaugustopestana.com.br/>. Acesso em: 25/06/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOZANO. Disponível em: <http://www.bozano.rs.gov.br/>. Acesso em 10/08/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIO BONITO. Disponível em: < http://www.rodeiobonito.rs.gov.br>. Acesso em 23/08/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Disponível em: < http://www.uberlandia.mg.gov.br>. Acesso em 16/09/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JÓIA. Disponível em: <http://www.pmjoia.com.br/index.php/municipio/historico>. Acesso em: 14/04/2015.

APÊNDICE A – PROJETOS ARQUITETÔNICOS

A3 01/13

A3 02/13

A3 03/13

A3 04/13

A3 05/13

A3 06/13

A3 07/13

A3 08/13

A3 09/13

A3 10/13

A3 11/13

A3 12/13

A3 13/13

APÊNDICE B – IMAGENS EM 3D

Centro Administrativo Municipal
Jóia

Jóia
Terra dos Nascentes

Auditório Joiense

Auditório Joiense

Centro Administrativo Municipal
Jóia

Centro Administrativo Municipal
Jóia

Auditório Joiense

Jóia
Terra das Nascentes

Municipal

Centro Administrativo Municipal
Jóia

ANEXO A - CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE JÓIA – RS

ANEXO B - NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos